



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

ELTON RODRIGUES FERREIRA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ESPACIALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COMBATE À
FOME NO MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA-BAHIA

Jacobina - BA
2011

ELTON RODRIGUES FERREIRA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ESPACIALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COMBATE À FOME NO
MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA-BAHIA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciando em Geografia.

Orientador: Professor Esp. Fábio Nunes de Jesus.

Jacobina - BA
2011

ELTON RODRIGUES FERREIRA

**ESPACIALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO COMBATE À
FOME NO MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA-BAHIA**

Monografia submetida à análise pela Comissão Examinadora do corpo docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV, Jacobina – BA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção da graduação do Curso de Licenciatura em Geografia.

Composição da Banca Examinadora:

Professor orientador Esp. Fábio Nunes de Jesus
UNEB – DCH IV

Professora avaliadora Msc. Jacy Bandeira Almeida Nunes
UNEB/ DCH IV

Professor avaliador Msc. Edvaldo Hilário dos Santos
UNEB – DCH IV

Aprovado em 14 de março de 2011.

A Esdra, mãe amada, professora, incentivadora, por todo o esforço e dedicação na minha formação pessoal e de um apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Acima de todas às coisas, agradeço a Deus pelo seu cuidado divinal em todas as etapas da minha vida;

A minha família, minha mãe e meu pai que me deram todo o apoio nessa jornada acadêmica, às muitas palavras não teria dimensão do quanto sou grato pela ajuda de vocês, também, meus irmãos que torcem muito por mim;

Agradeço os eminentes apoio que recebi do orientador desta monografia, Fábio Nunes de Jesus, professor sábio e grande incentivador a viver a geografia como se vive a vida;

A turma de geografia 2007.1, pelo privilégio de compartilhar com vocês durante quase quatro anos, desafios, estudos, pesquisas e descobertas nessa jornada acadêmica, por isso, nos tornamos amigos de uma família geográfica;

A professora Benedita Pereira de Andrade, pela disposição em me ajudar, concedendo-me livros e constantes conselhos de âmbito geográfico;

A professora Jacy Bandeira por dispor de sua cientificidade em ajudar-me nas regras da ABNT e no que foi preciso;

Ao professor Edvaldo Hilário, sempre presente e disposto a colaborar quando solicitado;

A todos os professores do curso de geografia do campus IV em que tive contato acadêmico, na busca do conhecimento dessa exímia ciência que é a geografia;

A sociedade Quixabeirense, aos que se prontificaram em colaborar com essa pesquisa, respondendo aos questionários e entrevistas solicitadas;

Aos representantes políticos e profissionais dos órgãos municipais de Quixabeira, especialmente da Secretaria de Assistência Social, por terem sido solidários, facilitando-me nas buscas das informações necessárias do Programa Bolsa Família e demais dados;

Aos amigos geógrafos de Quixabeira, sempre dispostos a me ajudar quando estive nesse espaço;

A todos que ao ler essa monografia, faça valer à pena o desejo de transformação para uma sociedade mais justa e igualitária.

“Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome. A fome leva mais longe seus efeitos destrutivos, corroendo a alma da raça” (Josué de Castro, 1984)

RESUMO

A fome é um fenômeno presente em diversas partes do mundo e com ela, o saldo de milhões de pessoas que falecem devido à insuficiência alimentar. Não distante da nossa realidade, ela se faz presente em nosso meio, com diversas conotações que as oculta. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo, analisar até que ponto a espacialidade do programa Bolsa Família contribui no combate à fome no município de Quixabeira – Bahia. Para a compreensão geográfica da fome, foram adotadas as concepções teóricas de Josué de Castro (1984), Adas (1999) e Abramovay (1991) onde os autores são consensuais de que o fenômeno da fome consiste numa problemática da esfera social, política e econômica, sendo este último, o mais acintoso para a permanência da penúria. A pesquisa trás à tona a grande discussão entre crescimento populacional versus produção alimentar, confrontando as teorias com os atuais índices de produtividades, chegando a uma conclusão dessa problemática. Na sapiência de que a forma de organização de um espaço possui relatividade para o estabelecimento dessa penúria, foram trabalhadas as categorias da geografia, começando pelas relações territoriais na formação socioespacial do Brasil, a região, dando ênfase à relação teórica entre o Nordeste e a questão da fome, bem como, em última escala, foi fomentada uma discussão e análise empírica da espacialidade do programa no referido município, respaldando a dimensão da carência e a aquisição da renda propiciada pelo Bolsa Família, como um dos mecanismos necessário para a alimentação dos beneficiados. Tendo como enfoque o quantitativo e o qualitativo, e corroborado pelo método dialético e das coletas de dados em entrevistas semi-estruturadas e questionários, percebeu-se ao término da pesquisa, que a condição de renda dos beneficiados é incipiente, necessitando da efetividade do Estado no combate à fome, através de programas de distribuição de renda para contribuir na alimentação familiar como o Bolsa Família.

Palavras-chave: Fome; Formação socioespacial; Políticas Públicas; Bolsa Família.

ABSTRACT

Hunger is a phenomenon found in various parts of the world and with it, the balance of millions of people who die due to insufficient food. Not far from our reality, it is present in our environment, with various connotations that hides them. Therefore, this study aims at examining how far the spatiality of the Bolsa Familia program helps fight hunger in the city of Quixabeira - Bahia. To understand the geographic hunger, we adopted the theoretical concepts of Josué de Castro (1984), Adas (1999) and Abramovay (1991) where the authors are agreed that the phenomenon of hunger is a problem of the social sphere, political and economic , the latter being the most outrageous to the continuing shortage. The research behind great discussion between the unstressed population growth versus food production, comparing the theories with current rates of productivity, reaching a conclusion of this issue. In the wisdom of the organizational form of relativity has a space for the establishment of this shortage was worked the categories of geography, starting with the socio-territorial relations in the formation of Brazil, the region, emphasizing the theoretical relationship between the Northeast and the question of hunger and, in the final scale was fostered discussion and empirical analysis of the spatiality of the program in that district, supporting the extent of deprivation and acquisition of income provided by the Family Grant, as one of the mechanisms required for power of the beneficiaries. Focusing on the quantitative and qualitative, and corroborated by the dialectical method and data collection in semi-structured interviews and questionnaires, it was noticed at the end of the study, provided that the income of the beneficiaries are weak, requiring the effectiveness of the state in combat hunger through programs of income distribution to help in the family diet as *Bolsa Familia*.

Keywords: Hunger; Sociospatial formation; Public Policy; *Bolsa Familia*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF – Bolsa Família

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DENOCs – Departamento Nacional de Obras Contra as Seca

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SIVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa histórico das Capitanias Hereditárias	20
Figura 2: Mapa da localização do município de Quixabeira - Bahia.....	58
Figura 3: Mapa do Índice de Exclusão Social no Estado da Bahia	60
Figura 4: Foto da merenda das escolas municipais em Quixabeira - BA	66
Figura 5: Mapa Conceitual do impacto do BF na área de educação em Quixabeira - BA	69

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Produção agrícola no mundo 1990 – 2005	32
GRÁFICO 2: Produção agrícola no mundo 1990 – 2005	33
GRÁFICO 3: Regiões do Brasil que mais receberam benefícios de programas sociais do governo Federal de 2004/ 2006.	46
GRÁFICO 4: Escolaridade dos beneficiados do BF em Quixabeira – BA	61
GRÁFICO 5: Renda média familiar dos beneficiados do BF em Quixabeira - Bahia	62
GRÁFICO 6: Porcentagem dos beneficiados que entendem ser dependentes do programa Bolsa Família.	71
GRÁFICO 7: Lugares onde os beneficiados mais gastam o dinheiro do BF	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Aumento da produtividade agrícola dos EUA no século XX.....	33
Tabela 2: Contribuição dos países em produção e consumo mundial de alimentos .	35
Tabela 3: Participação das grandes regiões do Brasil no Produto Interno Bruto (%)	46
Tabela 4: Avaliação Nutricional para as crianças de 0 a 5 anos no município de Quixabeira.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	17
1.0 A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BRASIL	17
1.1 Tempo e técnica no processo de dominação territorial	18
1.2 Divisão territorial, para quem?	19
1.3 Relações sociais em território colonial	22
CAPÍTULO II	25
2.0 FOME: UMA CRIAÇÃO HUMANA	25
2.1 A contradição de fome e pobreza no sistema capitalista.....	28
2.2 Fome x Produção de alimentos, escassez ou desperdício?.....	30
2.3 O capitalismo dos hábitos alimentares	37
2.4 A mobilidade da fuga contra a fome	40
2.5 A estética da fome no cotidiano.....	41
2.6 Região Nordeste e fome: Os estabelecimentos dos discursos deterministas .	43
2.7 As contradições no discurso político da região.....	45
2.8 Fatores sociais do imaginário determinista na região.....	48
CAPÍTULO III	51
3.0 POLÍTICA E SEU SENTIDO NA LÓGICA ESPACIAL	51
3.1 Os fundamentos da política pública.....	53
3.2 Bolsa Família e o combate à fome no território nacional	54
CAPÍTULO IV	57
4.0 A ESPACIALIDADE DO BOLSA FAMÍLIA EM QUIXABEIRA-BA	57
4.1 Quixabeira: Formação socioespacial.....	57
4.2 Análise dos dados	59
4.3 Quixabeira no cenário da pobreza	60
4.4 Escolaridade e renda média familiar dos beneficiados.....	61
4.5 Análise das respostas dos beneficiados pelo BF e dos representantes políticos municipais sobre a questão da fome.	62

4.6	A ação do poder público municipal no combate à fome	65
4.7	A fiscalização do programa BF em Quixabeira	67
4.8	Análise do BF na área de educação do município.....	68
4.9	Impactos do BF na área de saúde do município	70
4.10	A dependência do programa Bolsa Família.....	70
4.11	Critérios de consumo entre os beneficiados.....	72
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS.....	77
	APÊNDICE I - MODELO DOS QUESTIONÁRIOS PARA A POPULAÇÃO BENEFICIADA	80
	APÊNDICE II – MODELO DOS QUESTIONÁRIOS PARA AS AUTORIDADES COMPETENTES.....	85
	ANEXO I – LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. CRIA O PROGRAMA BF.....	89

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema: Espacialidade do programa Bolsa Família no combate à fome no município de Quixabeira – Bahia. Na contemplação da estrutura da pesquisa, a investigação busca responder a seguinte pergunta problema: Até que ponto a espacialidade do programa Bolsa Família combate à fome no município de Quixabeira - Bahia?

Diante das questões que surgiram para complementar à pergunta chave, o processo investigativo também analisou, até que ponto as famílias beneficiadas carecem do programa Bolsa Família.

Na busca da satisfação das inquietudes referendadas, o trabalho constitui-se nos seguintes objetivos, sendo o geral: Analisar o combate à fome a partir da espacialidade do programa Bolsa Família em Quixabeira – Bahia. Por sua vez, os específicos como mecanismo de abranger o objetivo geral são:

- Identificar a condição de renda dos contemplados pelo programa Bolsa Família como mecanismo de necessidade do benefício;
- Investigar as prioridades no uso do benefício pelos receptores do programa Bolsa Família;
- Examinar a atuação do poder público municipal no combate à fome e na fiscalização do programa Bolsa Família;
- Analisar a espacialidade do programa em sua relação com as áreas de educação e saúde do município.

A proposta da realização deste trabalho consiste em uma pesquisa exploratória, com as conotações metodológicas da abordagem dialética, tendo como base filosófica o materialismo histórico dialético, apropriado para a compreensão dos problemas no âmbito das realidades sociais, pois, na sua essência, a dialética visa transformação, sendo que a negação e diferenciação resultam em um novo ponto de partida para tal fato estudado e nunca dado como uma perspectiva acabada, eficaz para a análise do homem e sua interação com o objeto.

Também, foi corroborada do enfoque misto ou quantitativo e qualitativo para subsidiar a interpretação da pesquisa de campo, que se restringe a cidade baiana de

Quixabeira, sendo os sujeitos da pesquisa, os próprios beneficiados pelo programa Bolsa Família, em um total de trinta famílias entrevistadas na cidade, através dos indivíduos escolhidos ocasionalmente e aleatoriamente em diferentes espaços da localidade, e, atribuída por uma amostragem probabilística, aleatória simples com reposição.

As etapas do processo investigativo foram efetivadas pela pesquisa bibliográfica e documental e, posteriormente, a pesquisa de campo, atribuindo as técnicas de coleta de dados em questionários e as entrevistas semi-estruturadas, com um arquétipo das causas a serem apuradas.

Esse estudo é de suma relevância geográfica, pois se trata de um fenômeno que assola grande parte da humanidade, presente em nosso dia-a-dia e com múltiplas máscaras que permitem a ocultação da realidade dessa penúria. A compreensão do problema é mister aos procedimentos analíticos das escalas geográficas e da visão científica da mesma, preponderando-se uma melhor solução para este voraz problema social, que se estabelece desde a formação do espaço e das relações humanas em sua organização política e econômica.

Este trabalho estruturou-se em quatro capítulos, sendo que, no primeiro, fomenta a discussão teórica sobre: A organização do território na formação socioespacial do Brasil. A partir das análises conceituais de Andrade (1995), Furtado (1985) e Moraes (2000) é enfatizado o modelo e para quem foi direcionado o traçar do nosso território. É feita uma explanação da base fundamental das relações econômicas e produtivas no território, postulado pela lógica específica exógena, que permitiu axiômicos conflitos e segregações fundiárias, vigentes até o nosso atual modelo organizacional.

No segundo capítulo, intitulado de: Fome: uma criação humana. É trabalhada a proposição central desse estudo, a questão teórica desse fenômeno. Sendo uma temática multidisciplinar, o que credencia o olhar geográfico, são às atribuições conferidas pelas formas de organizações espaciais de produção, distribuição e consumo dos grupos sociais.

O norteamento dessa temática está centrado nos fundamentos teóricos de Josué de Castro (1984), Abramovay (1991) e Adas (1999), que são enfáticos na discussão da fome em uma esfera social, política e econômica. A abordagem da

concepção de pobreza ao emoliente de cada período permitiu ser alicerçada a partir do ponto de vista de Santos (2009)

O espectro desse fenômeno vai ser debatido numa abordagem crítica aos pensamentos dos determinismos naturais como consequência dessa penúria, sendo uma apreensão comprovativa entre as teorias e as bases sócio-econômicas que permitem evidenciar as disparidades diante de um processo histórico e espacial.

Sendo assim, foi fomentada a grande discussão entre produção alimentar e crescimento populacional, e, buscou-se minuciosamente comprovar, se estamos vivenciando uma escassez de alimentos ou um excesso de produção mundial.

Também, há a abordagem da penúria numa esfera ideológica, da nossa própria concepção ocidentalizada de conceber o que é fome, englobando-o desde os hábitos alimentares, a sua estética materializada em como vislumbramos esse fenômeno calamitante, e, por fim, uma análise nas categorias sociais, políticas e econômicas constituintes na relação fome e região Nordeste do Brasil.

No terceiro capítulo, é enfatizada a política e seu sentido na lógica espacial. Trata-se da relação de sua própria essência motriz e a sua efetividade no espaço, o que pode favorecer uma sociedade mais eqüitativa, ou proporcionar maiores problemas sociais de acordo a sua praticidade.

Assim, é trabalhada a importância do Estado como articulador dos procedimentos políticos para o convívio sócio-econômico mais igualitário, visando diminuir as diferenças de classes, tendo como base teórica, as concepções de Arendt (1999) Marx e Engels (1986).

O quarto capítulo: A espacialidade do Bolsa Família em Quixabeira, apresenta os resultados da pesquisa de campo, a interpretação dos dados, entrevistas, depoimentos e da própria efetividade do programa. Através da análise da condição de renda e do acesso aos alimentos dos beneficiados, permitiu considerações da atuação do programa no combate à fome na localidade específica.

Vale ressaltar, no entanto, que a sistematização dos capítulos não significa direção avessa ao seu objetivo central, uma vez que, para a abrangência da ação do programa e o combate a um fenômeno existente pela negação de outros direitos sociais, é preponderante a relação intrínseca entre as temáticas de formação sócio-espacial, fome e política, sendo adjuntas e indissociáveis o confronto teórico-metodológico com os dados obtidos para a compreensão do problema.

CAPÍTULO I

1.0 A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BRASIL

A formação socioespacial é uma expressão totalitária dos desenvolvimentos históricos de uma sociedade em sua constituição econômica, política e cultural nas inclusões de produtividade do espaço. O tempo é fator perspicaz para abranger às relações diárias em ciclos diferentes da sociedade e sua gênese organização espacial.

O espaço, fruto social da própria relação homem-natureza, em seus períodos formativos, é atribuído uma condição social em cada momento específico em busca dos arranjos produtivos gerenciados por uma centralidade econômica. Santos (1977, p. 4) considera que, “as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção”.

Nessa concepção, interface a criação de um espaço, considera-se a importância das categorias independentes de produção, que é o modelo histórico da relação econômica dos homens, e formação social, sendo o convívio das bases culturais e técnicas na forma de organização territorial da sociedade. Esta última, é concebida por Santos como “o meio mais adequado para ajudar na formulação de uma teoria espacial válida”. (SANTOS, 1978, *apud* REIS, p. 2000)

Por tanto, é o espaço responsável por decodificar a maneira que o modelo econômico impõe à produtividade, sendo ele a própria essência das reproduções sociais indissociáveis na formação social de uma nação. Moraes (2000, p. 91) considera que a formação sócio-espacial “trata-se do estabelecimento de atividades produtivas que necessariamente envolvem a criação de formas espaciais que se sobrepõem aos meios naturais ou aos habitats preexistentes”.

Assim, essas formas variam no tempo a partir da necessidade das produtividades dentro da lógica econômica, social e política de cada momento. Esses atributos devem ser unânimes sem a prevalência de um ao outro, pois é na estrutura da formalidade que se projeta a contiguidade igualitária das normas que regem a função da sociedade na construção do espaço.

Diante das estruturas que se perduram na constituição de um espaço, Correa (1987, p. 55) salienta que “a organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos

criados pelo homem e disposto sobre a superfície da terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)”.

Nesse sentido, é perspicaz ponderar sobre a formação sócioespacial do Brasil a partir do tempo e do espaço delineando a construção do território. O tempo como base motriz às maneiras como foram conduzidos a formação e o espaço fruto da relação produtiva de trabalho em diversos ciclos econômicos estabelecidos pelas relações de poder no território que é a sua base material.

Na medida em que vai se projetando os arranjos formativos do espaço, são estabelecidos critérios dentro de uma lógica funcional diferente a cada período. A especificidade política na influência da configuração sócioespacial pretérita, torna-se reflexo de ambiguidades na estrutura sócio-econômica da sociedade atual.

Por isso, as formas e funções econômicas espaciais que foram atribuídas ao território brasileiro em sua organização primária, têm significância para o nosso atual modelo territorial, constituído como fruto dos arranjos administrativos do passado.

1.1 Tempo e técnica no processo de dominação territorial

Efetivamente o tempo histórico se trata da relação do colonizador e do colonizado. Nessa perspectiva, o que serve de interposição nessa relação é o progresso de uma sociedade capitalista baseada na técnica e outra sociedade constituída sem os veementes avanços técnicos.

Santos (1997, p. 137) considera que “as características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas”. Na própria consolidação do domínio territorial, quem domina as técnicas, tende a dominar grupos sociais dentro de um processo produtivo no espaço capitalista, servindo como mecanismo de satisfação de uma classe social que as maneja.

Levando em consideração o progresso histórico do colonizador, podemos afirmar que o território brasileiro foi paulatinamente edificado no fundamento de produtividade lucrativa da técnica, para obter acúmulos de riquezas para a sociedade que vivenciava o tempo da fase mercantilista do sistema, aproveitando o usufruto do espaço nacional para apropriação e obtenção de suas conveniências comerciáveis.

Furtado (1982, p. 93) afirma que “o Brasil é o único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresas agrícolas”.

Assim, seria de fundamental importância um espaço produtivo para compartilhar as necessidades comerciais em um mercado que lhes dessem subsídio de acumulação, o que fez reger a vida econômica do país não a partir de um planejamento interno, mas, centrado no projeto econômico do colonizador. “A produção de um território colonial implica a instalação de uma determinada dinâmica nos novos espaços incorporados à vida econômica européia”. (MORAES, 2000, p. 91).

Evidentemente a condição de uma realidade movida pela essência exógena atribuída a um espaço interno, incorporou as estruturas produtivas de domínio territorial no âmago econômico, favorecendo a um padrão de desenvolvimento pendente pela construção do outro.

Trata-se de uma efetivação do ato dominador de novos padrões territoriais baseado nos substratos temporais de quem a estabelece, e a forma como a estrutura espacial é condicionada ao atrativo do poder gerencial.

A formação colonial expressa, já em sua gênese, uma qualidade de subordinação. Ela é um resultado de uma ação que lhe é externa, motivada por anseios sociais que têm origens em outro lugar. Pois a colônia é não um domínio abstrato formal, mas a efetiva instalação do colonizador. (MORAES, 2000, p. 265)

Nesse critério, a vida social é atribuída aos valores comerciais da regência, sendo que as técnicas servem como mecanismo para as exigências das precisões econômica do tempo de quem as domina. Nessa esfera, os sujeitos são atribuídos como mercadorias dentro do processo produtivo, enquanto diminui a construção política de uma sociedade preexistente num espaço incorporado a uma nova dinâmica estabelecida pela história do outro.

1.2 Divisão territorial, para quem?

Sendo o Brasil um país de vasta extensão territorial, onde seria fundamental a ocupação desse espaço e sua divisão para dar manutenção da produtividade, a colônia estabeleceu as primeiras divisões territoriais em capitanias hereditárias, sistema de repartição de terras baseado no modelo português.

A primeira parte da divisão territorial do país foi estabelecida dentro de uma estratégia política da coroa, onde as possessões seriam repartidas entre as pessoas que depositavam confiança para a metrópole. Desta maneira, era outorgado o poder de domínio do território aos donatários que receberiam as capitanias.



Figura 1: Mapa histórico das Capitanias Hereditárias

Fonte: Manoel Correia de Andrade, 1995

Dentro desses critérios, foram estabelecidas as sesmarias, sistema de doações de terra que consistia no ato da concessão de vasta extensão de terra. Essa divisão teve como pressupostos as implicações da metrópole em conduzir o território para os ciclos produtivos de seu próprio interesse comercial.

Para receber as terras, era necessário se enquadrar nesses padrões designados pela coroa, obedecendo às regras estabelecidas, que segundo Moraes, (2000, p. 336) “era preciso estimular a agricultura exportadora e lucrativa em sistema

de grande empresa, e ao mesmo tempo fixar colonos, povoadores e defensores. A cessão de terras deveria obedecer a esses pressupostos”.

Surge assim às primeiras desigualdades no campo brasileiro, a terra para quem obedece e não para quem necessita. Os primeiros povos a sentirem essas vicissitudes foram os índios, que passaram a ser paulatinamente desapropriados de suas possessões, gerando um conflito territorial entre o colonizador e os nativos.

Geralmente são ocultados os primeiros embates nessa relação de poder dos índios e dos colonizadores no processo de apropriação das terras, mas, a origem da desigualdade fundiária do Brasil começa nesse processo.

Desde a conquista, os indígenas lutaram denodadamente contra os colonizadores que os expropriavam e lhes tiravam a liberdade. As lutas, iniciadas no litoral, continuaram no interior quando eles foram expulsos das melhores terras, dizimados ou aldeados, a fim de serem chamados para o trabalho quando se fazia necessário. (ANDRADE, 1995, p. 80).

Efetivamente quando foram estabelecidos esses critérios de divisão territorial, o Brasil não era um país abastecido de uma vasta população, o que caracterizou uma maior proporção latifundiária levando em consideração a pequena população residente de um novíssimo país com vasta extensão de espaço.

Soma-se a esta questão, o fato de que esse modelo de divisão fundiária privilegiava os interesses de grupos ligados a coroa. Assim, gerou um entrave na própria agricultura do país. Guimarães (1981, p. 50) salienta que “a verdade é que, desde suas origens, a sesmaria, os engenhos erguiam intransponível barreira à cultura dos mantimentos, à pequena e pouco rendosa agricultura de subsistência”.

Nessa mesma perspectiva, Andrade (1995, p. 35) afirma que “o sistema colonial organizou o espaço de forma a que nele se fizesse a exploração das áreas ricas em produtos de interesses no mercado europeu”. Portanto, o território vai sendo delineado mais para o econômico e em menor grau para as razões sociais.

Certamente, para que haja um processo de produção atrativo ao colonizador dentro de uma totalidade espacial, é preciso antes de tudo controlar o território. Nesse viés, Santos (1977, p. 4) enfatiza que “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada”.

Destarte, foi constituída a divisão territorial do Brasil sempre a favorecer grupos sociais específicos graduados do poder político e econômico que mantiveram o gerenciar sócio-espacial na perspicácia de atender os seus ideais. Silva, (1989)

reforça o quanto as terras e os escravos eram submetidos a expandir a produção que se encontrava em alta no mercado mundial.

Não houve um consentimento em repartir o território de maneira a eliminar as maiores necessidades de produtividade para as classes sociais mais desfavorecidas nesse período. Prado Júnior, (1998, p. 102) reforça que “não se chegara a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional, isto é, um sistema organizado de produção nela aplicada.”

Esses fatos revelam a luta dos excluídos do acesso a terra, em um país onde o modelo exógeno caracterizou a sua formação socioespacial, sendo assinalada por veementes embates históricos numa divisão territorial que levou em conta a articulação de beneficiar acordos sociais dominantes na sua própria divisão fundiária.

1.3 Relações sociais em território colonial

A sociedade nesse período era caracterizada pelas diferenças de classes entre os detentores dos poderes políticos e econômicos e os proprietários dos meios de produções como os senhores do engenho que estavam ligados à colônia, compondo assim a classe mais privilegiada. Constituía o grupo inferior os escravos e a maior parte da população negra que eram designados a desenvolver a mão - de obra para a coroa.

Impregna assim, a relação de uma sociedade constituída principalmente por uma minoria de altíssimas rendas mantendo ligações econômicas com o exterior e uma maioria com baixas rendas, que serviu como força de trabalho barato para a produção colonial.

Nesse período, a diferença alimentar caracterizava o grau de subserviência entre as classes sociais, onde a força de trabalho era vendida por uma simples e má condição alimentar, revelando a disparidade que existia entre a nata colonial e a grande massa serviçal.

Fato é que o excesso de exploração frente a uma alimentação de má qualidade consignava as vicissitudes da própria existência humana dos trabalhadores do período colonial no Brasil. Andrade (1973, p. 79) afirma que “os

negros eram obrigados a trabalhar todo o dia, de sol a sol, reunidos, formando o eito, sob as ordens de um feitor”.

Essa exploração humana efetivada na relação de trabalho era tão cruel, que condicionava a própria vivência das classes anílas. “Os negros morriam rapidamente, só em casos excepcionais chegavam a suportar sete anos contínuos de trabalhos”. (GALEANO, 1989, p. 65)

Todo esse processo era corroborado na jornada de trabalho que tinha que ser excessiva para produzir cada vez mais a fim de comercializar no mercado europeu, provocando também, enormes consequências nas necessidades básicas de sobrevivência dos trabalhadores em relação à classe que se estabelecia no poder.

Prado Júnior (1988, p. 44) enfatiza que havia “de um lado a abundância, prosperidade e grande atividade econômica, doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome”.

Desde o período colonial do Brasil, a balança econômica do país não estabelece um vínculo solidário para toda população. Essa realidade levava em consideração os aspectos de dominação dentro da escala de produtividade. Marx, já enfatizava esse aspecto ao enfatizar que: “Para que um indivíduo venda a força de trabalho livremente no mercado é preciso que seu acesso aos meios de produção esteja vedado, o que o impede de gerar os produtos necessários a seu consumo”. (MARX, 1975, *apud*, MORAES, 2000 p. 236)

A forma como foi conduzido o território, proporcionou disparidades sociais no âmago da participação da produtividade, gerando constantes atribuições sociais. Leva-se em consideração que o Brasil foi planejado economicamente para depois ser pensado socialmente, abarcando às avessas de uma configuração espacial voltado para a capitalização em detrimento das precisões dos diversos grupos sociais.

Santos (1992, p. 33), salienta que “a formação de um espaço supõe uma acumulação de ações localizadas em diferentes momentos”. É nessa concepção que são atribuídos os frutos da relação social do período colonial do Brasil, em que existia uma excessiva incidência de seres humanos na condição de miséria, especialmente no quesito alimentar, devido à negação da terra para promover a agricultura de subsistência.

Esses critérios são legados que se estruturam até então no nosso atual modelo territorial, fruto de uma organização socioespacial estabelecido mais para a satisfação exógena do que endógena. Portanto, é perspicaz romper com o velho sistema arcaico de propriedade, bem como uma nova dimensão das relações sociais em um processo produtivo solidário, sendo uma necessidade vital de mudanças, que nas palavras de Santos (2000, p. 133) “ficar prisioneiro do presente ou do passado é a melhor maneira para não fazer aquele passo adiante, sem o qual nenhum povo se encontra com o futuro”.

CAPÍTULO II

2.0 FOME: UMA CRIAÇÃO HUMANA

A fome é um fenômeno discutido por vários autores e academias, sob diversos ângulos de abordagem. A geografia sem sombra de dúvidas é uma das ciências que mais contribui para um entendimento holístico e também focal dessa penúria social.

Esta por sua vez, precisa ser mais combatida e levada a sério bem como desvendada, pois, se trata de ambiguidades humanas, que segundo Castro, (1984, p. 31) “é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo”.

Passar fome não pode ser confundido com a sensação de querer se alimentar, a primeira está sob a égide da falta de alimentação suficientemente para repor suas energias, já à segunda, é um fator do nosso cotidiano, a vontade de comer, que vai desde os hábitos alimentares que impomos aos horários estabelecidos como necessário para a alimentação, o que faz do nosso organismo sentir a vontade de ingerir alimentos.

Castro (1984) conceitua a fome em epidêmica e endêmica, onde a fome epidêmica se caracteriza por ser de curta duração provocada por uma catástrofe humana como uma guerra, ou natural como uma prolongada seca e veementes enchentes que comprometeriam uma produção. A fome endêmica é quando o indivíduo não dispõem de alimentos nutricionais, tendo a sua alimentação comprometida para uma vida saudável, é a necessidade básica de ter o que comer.

Esta se caracteriza muitas vezes por ser uma “fome oculta”, onde o sujeito se alimenta, mas, por não ter acesso a uma alimentação básica de qualidade, fica desnutrido, comprometendo o bem-estar e a própria força de trabalho.

Efetivamente dentro de alguns sistemas organizacionais dos grupos sociais, os indivíduos que não tem acesso ou renda suficiente para adquirir comida regularmente que preencham as necessidades de calorias e proteínas do organismo, ficam mais vulneráveis a fome. Ela é “portanto, em primeiro lugar, um fenômeno quantitativo, que pode ser definido como a incapacidade de a alimentação

diária fornecer um total calórico correspondente ao gasto energético realizado pelo trabalho do organismo”. (ABRAMOVAY, 1991, p. 14)

O que é deplorável é quando esses fatores biológicos que é passar fome se estabelecem devido às estruturas políticas adotadas, concentrando o excesso alimentar até mesmo superfluamente nas mãos de alguns, enquanto boa parte do mundo fica na miséria, constituindo assim, uma das calamidades mais escandalosa da sociedade. “Ao atingir grandes massas humanas, a fome não prejudica somente o indivíduo, mas torna doente a própria sociedade por onde se propaga”. (ABRAMOVAY, 1991, p. 26)

Assim, o que caracteriza a fome numa análise estrutural no âmago da análise geograficamente política é a fome coletiva. A falta de alimentação para os grupos de pessoas que ficam demasiadamente a mercê de comida para suprir essa necessidade natural do ser humano que é alimentar-se.

Portanto, temos duas vertentes, mesmo que totalitária em expressão, para a compreensão do fenômeno, é a causa da fome e suas consequências. Evidentemente a maior parte das consequências é refletida biologicamente, ou seja, em quem passa a fome. Por sua vez, às origens da fome se concentram em vários afores no âmago das desintegrações sociais de forma política e econômica como afirma Adas (1999, p.6) “A fome não é somente um grave problema biológico, é fundamentalmente um sério problema político, econômico e social”.

Essa penúria disseminada é uma causalidade estabelecida historicamente no cenário mundial, sendo evidenciada em todos os continentes, revelando assim, que a sua problemática está numa esfera social desintegrada, excludente e dissociável como reforça Castro (1984, p. 56).

A fome é, conforme tantas vezes tenho afirmado a expressão biológica de males sociológicos. Está intimamente ligada com as distorções econômicas, a que dei, antes de ninguém, a designação de subdesenvolvimento. [...] A fome coletiva é um fenômeno geograficamente universal, a cuja ação nefasta nenhum continente escapa. Toda a terra dos homens foi, até hoje, a terra da fome.

Na abordagem de Castro, essa mazela social é um processo em que biologicamente os indivíduos ficam com fome porque existem estruturas políticas e econômicas estabelecidas que criam a própria penúria. Nessa mesma concepção, Adas (1999, p. 96) complementa que “a existência da fome é a prova mais

contundente da permanência de estruturas econômicas, políticas e sociais inadequadas”.

Eminentemente os dois autores concebem uma problemática na esfera social, política e econômico, contradizendo alguns ditos pertinentes na sociedade de que ela é uma maldição divina e da própria ingratidão da natureza. Ela é desmascarada como uma criação humana, gerando vicissitudes em diversos espaços.

Portanto, esses três indicativos apontados pelos autores, são indissociáveis para a compreensão do fenômeno. Enquanto o quesito social se prende a relações entre os indivíduos desde os hábitos culturais, fraternos e familiares, o político e econômico são contíguos numa dimensão da própria base macro das organizações sociais, o que requer maior atenção.

A fome já existia anterior ao avanço do capitalismo, se perpetuando entre o modelo de organização de cada sociedade, sendo uma característica peculiar a diferentes formas e critérios de sua ascendência em diferentes espaços.

No entanto, o que a caracteriza dentro deste sistema, é a forma como as estruturas econômicas e sociais se estabelecem em posse de uma desintegrar-se da outra no aspecto da repartição produtiva, sendo que, cada vez mais há um distanciamento do desenvolvimento econômico com solidariedade do sistema. “Nosso sistema econômico só reconhece e atende o apetite de quem possui o bolso cheio, não o de quem está com a barriga vazia” (ABRAMOVAY, 1991, p. 75)

O indivíduo que na esfera capitalista não tem renda suficiente para se alimentar, a realidade da fome chega a essas pessoas. Isso porque, os alimentos se destinam não a quem tem necessidade de comer, mas, a quem tem dinheiro para pagar. Antes dos alimentos virem ao estômago, primeiro precisa passar pelo bolso, por isso que a fome dentro desse sistema proporciona maiores ambiguidades.

Não há como o ser humano produzir, trabalhar, viver dignamente se estiver faminto, por isso, que ela é uma condição calamitosa, aguilhoado por um sistema selvagem, de uma política que se concentra mais na defesa da esfera econômica do que no social. “A fome não é mais do que uma expressão, a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico (...)” (CASTRO, 1984, p. 305).

O acesso à alimentação nessa configuração econômica é mediado pelo grau de renda da sociedade, que por sua vez, se caracteriza como valor em dinheiro no capitalismo, sendo ele um dos maiores constituintes da desintegração social. Adas,

1999, p. 28) complementa que “a fome e a renda são as duas faces de uma mesma moeda, ou seja, não estão dissociadas”.

2.1 A contradição de fome e pobreza no sistema capitalista

Ao passo que se entrava diretamente na renda, é preponderante entender até que ponto a pobreza é condição de fome. Na medida em que Castro relaciona ao subdesenvolvimento, Santos esboça a partir do tempo, três definições de pobreza, sendo que em cada época houve uma maneira diferente de se conceituar o que é ser pobre nos países periféricos.

A primeira seria uma ‘pobreza incluída ou acidental’, é uma pobreza devido a uma catástrofe climática, ou uma desconfiguração econômica em certo período do ano, “a pobreza era frequentemente apresentada como um problema natural ou social”. (SANTOS, 2009, p. 70) Trata-se de um período de produtividades de abastecimentos isolados com pouca influência nas contiguidades territoriais. Assim, as principais consequências da pobreza estava condicionada aos fatores locais da coexistência.

A segunda trata-se da pobreza da ‘marginalidade’, ela está relacionada a políticas públicas econômicas adotadas pelo governo e a nova divisão mundial de trabalho. “É identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanha o próprio processo econômico” (SANTOS, 2009, p.71)

A conceituação de pobreza é relativa ao emoliente de cada período, como se trata de um tempo da ampliação do consumir, Santos (2009) caracteriza que “a pobreza era medida pela capacidade de consumo”, porém, destacava-se a participação do Estado para os afligidos pela pobreza ou marginalizados como prefere o autor.

Por último, ele fala em “pobreza estrutural”, onde a sua dimensão é global, trata-se de “uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e firmas globais (...) financiam programas de atenção aos pobres querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando estruturalmente, é o grande produtor de pobreza”. (SANTOS, 2009, p. 73)

Essa pobreza que Santos prefere chamá-la de “dívida social”, acontece justamente porque há um débito do Estado que é um dos regulamentadores da vida

social. As atenções do Estado gravitam em torno de uma economia globalizada, abrindo as portas para as grandes empresas, que se apropriam da condição material da sociedade outorgando as aplicações mais na demanda econômica das grandes corporações do que numa esfera social. Castro (1961) reforça que essa conduta é mais presente nos países subdesenvolvidos.

Nessa concepção, ser pobre é não acompanhar o desenvolvimento global do consumo que é propagado e aceito pelos Estados. Assim, o sistema cria padrões baseado no rol do consumo, não se tratando apenas de estruturas locais, mas, de um modelo externo. “A pobreza, hoje é a pobreza nacional de ordem internacional”. (SANTOS, 2009, p. 74). Ser pobre no atual momento é viver do indispensável, o estado de miséria por sua vez seria carecer do indispensável, especificamente, a alimentação.

Portanto, a fome nessa esfera de pobreza está contida dentro dos padrões do sistema capitalista, consistindo a disparidade entre quem ganha e quem é condenado a perder. Atualmente, há a proliferação das grandes corporações mundiais que lucram em cima da própria pobreza, e a miséria acaba sendo uma forma de acentuar o domínio dos detentores dos meios de produção.

Nessa perspectiva, adentremos na questão da alimentação que está inserida dentro de uma especulação financeira mundial, haja vista o fato de que o seu valor é desanexado da cooperatividade humana em prol do acúmulo financeiro. Informações de pesquisas apresentadas pelo Instituto de Estudos socioeconômicos (INESC) comprovam o quanto muitos estão ganhando com a calamidade da fome.

A fome no mundo é a nova grande fonte de lucros do grande capital financeiro e os lucros aumentam na mesma proporção que a fome. Nos últimos meses, os meses do aumento da fome, os lucros da maior empresa de sementes e de cereais aumentaram 83%. Ou seja, a fome de lucros da Cargill alimenta-se da fome de milhões de seres humanos. (INESC, 2010)

A fome não é um fenômeno com “vida” própria, ela é fruto da ação humana, o agir do indivíduo dissociável como construção de mundo desapropriado do outro, proporciona cada vez mais essa penúria social. Em tempos de latentes desintegrações sociais, o capitalismo proporcionou maiores ambiguidades humanas ao adequar a alimentação a serviço das vantagens e lucros pessoais em detrimento da sociabilidade alimentar, que é a maior vitalidade dos seres humanos.

2.2 Fome x Produção de alimentos, escassez ou desperdício?

Levando-se em conta que quanto mais gente houver, exigirá maiores produções de alimentos para abastecer a população, sendo esta então a grande proposição para justificar a fome, como consequência da falta de produção alimentar suficiente para abastecer a todos, foi delineada a teoria de Malthus entre crescimento populacional e alimentação.

O primeiro consiste no desenvolvimento populacional ser maior do que a produção de alimentos, sendo um crescimento geométrico e a segunda a alimentação com um crescimento aritmético. Assim, em pouco tempo, a terra teria tanta gente que efetivamente não haveria como produzir alimentos para abastecer a todos. “Segundo Malthus haveria uma contradição insuperável entre a velocidade de coelho da reprodução biológica do homem e o ritmo de tartaruga com que podiam crescer as safras agrícolas” (ABRAMOVAY, 1991, p. 47).

Essa teoria que foi readaptada pelos neomalthusianos, mas, na sua essência, não rompe com o pensamento anterior, culpando o excesso populacional como fator crucial para a consequência desse desastre humano. A dimensão desses pressupostos, serviram até mesmo para justificar a própria guerra como um fator de eliminar a vasta população e assim, reduzir a fome, entendendo que não haveria comida pra todos.

Portanto, por detrás dessa teoria, há a própria condenação da espécie humana em seus aspectos de existência diante dos problemas sócio-espaciais. Mas, a questão central deste preceito é refutada perante os feitos da própria modernização dos setores produtivos criado pelo homem.

Atualmente, com o avanço das técnicas, se produz cada vez mais alimentos e com uma velocidade bem maior, bem como, em espaços onde não era imaginável cultivar certos alimentos, como os desertos em Israel, graças a modernização tecnológica, também, nas regiões semi-áridas como em Juazeiro na Bahia, propiciando através da irrigação o plantio de frutas e legumes durante todos os meses do ano.

A produção chega a lugares onde não era fastígio a plantação, rompendo com as barreiras climáticas, aumentando esporadicamente a produtividade,

rechaçando o pensamento de Malthus¹ e dos neomalthusianos². Adas, (1999, p. 25) complementa que:

Malthus não considerou uma variável importante: o desenvolvimento da ciência e da técnica aplicadas à agricultura. Com o desenvolvimento da tecnologia agrícola houve um considerável aumento da produção e a produtividade agrícola. Houve também a ampliação das áreas agricultáveis do globo.

Essa análise vai mais além do que a simples produção equivalente, pelo contrário, estamos vivendo em épocas onde a produção de alimentos pode ser garantia de comida para todos os habitantes desse mundo. Temos abundância de grãos, cereais, e outros vários tipos de sustentos, que é perspicaz em nutrir bem a toda população global. “Em termos mundiais, a quantidade de alimentos disponíveis é suficiente para proporcionar a todo mundo uma dieta adequada”. (ABRAMOVAY, 1991, p. 53)

Os adeptos das teorias neomalthusiana afirmam que a fome é mais pertinente em países subdesenvolvidos, onde há um excesso populacional. De fato, fome e pobreza estão associadas, mas, não falta alimentação para toda essa população dos países subdesenvolvidos, e sim uma política veementemente fixada nos aparatos sociais, pois, “tanto a fome como o rápido crescimento da população refletem o mesmo fracasso de um sistema político e econômico”. (GEORGE, 1978, *apud* ADAS, 1999, p. 29).

Nota-se que essas questões teóricas, não encontram mais espaços para justificar a baixa produção como um fator de legitimar as causas da penúria, até por que as técnicas viabilizaram um aumento excessivo na produção de alimentos, e se a fome é pertinente, não é por escassez de alimentos.

Abramovay (1991, p. 53) já salientava que “o faminto de hoje vive num mundo de fartura”. Se compararmos os dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) percebe-se que a produção agrícola mundial de 1990 até 2005 tem aumentado esporadicamente, comprovando o pensamento do autor.

¹ Em 1798 Malthus publicou seu Ensaio sobre a população, onde desenvolveu a sua teoria demográfica.

² Após a segunda guerra mundial, houve uma reformulação da teoria de Malthus, porém, a conclusão é a mesma, o crescimento populacional como responsável pela miséria.

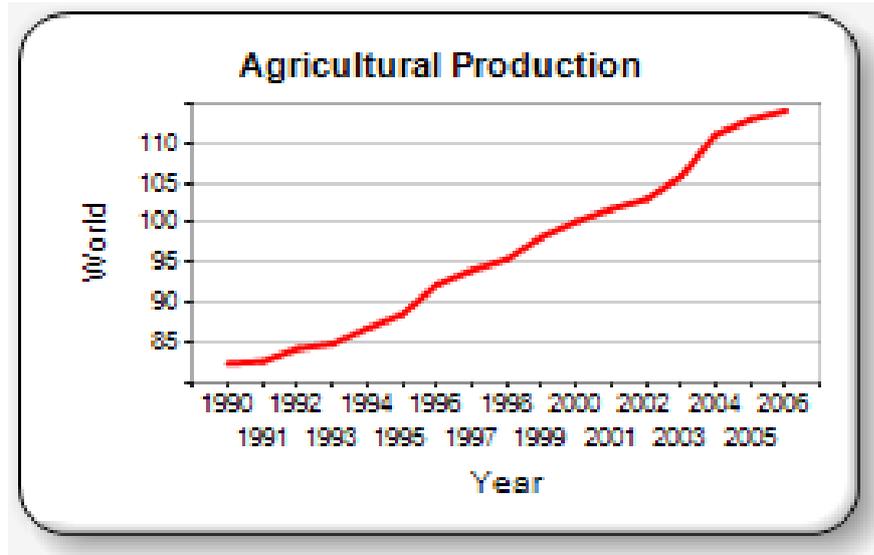


GRÁFICO 1: Produção agrícola no mundo 1990 – 2005
 Fonte: FAO, 2005

Há alimentos de sobra, e se parte da população tem em excesso e outras são abnegadas do consumo, é preciso refletir em como está centrado o acesso e a distribuição da mesma. O atual mercado consumidor é abastecido com abundância, o suficiente para garantia alimentar. Segundo os dados apresentados pelo Instituto de Estudos socioeconômicos, (INESC), “em países ricos, 30% da comida comprada vai para o lixo”. (INESC, 2010 *apud* BBC 2010). É axiomático que estamos presenciando constantes excedentes de produção.

O desperdício se torna a triagem entre a incongruência sistemática de um modelo organizacional que permite a desigualdade de consumo, onde muitos se apropriam em excesso e outros bem pouco diante do cenário de um mundo com capacidade alimentar perspicaz para abastecer a todos.

Rifkin (1995, p. 117) esboça que “os ganhos de produtividade na agricultura têm sido tão súbitos e efetivos que ao final da década de 1920 a instabilidade econômica não era mais alimentada pela quebra de safras, mas sim, pela superprodução”. Cada vez mais os países passam a aumentar a escala de produção alimentar no mundo.

Basta analisar o próprio aumento da produção agrícola dos EUA que foram os que mais adotaram a mecanização da agricultura e veremos que a produtividade agrícola apesar de ter caído apenas em uma década do século XX, ela vai paulatinamente obtendo seu crescimento em porcentagem.

Tabela 1: Aumento da produtividade agrícola dos EUA no século XX

Década	Produção (%)
1940	25%
1950	20%
1960	17%
1980	28%

Fonte: Adaptado de Rifkin, 1995

Há uma contradição no próprio modelo econômico, afinal, ao passo que evidencia o seu aumento no mundo, concomitantemente cresce a proporção de subnutridos como mostra os dados da FAO, que de 1961 até 1995, houve uma queda nesse percentual, mas, desde então, até o ano de 2009 tem aumentado latentemente o número em milhões de pessoas subnutridas no mundo.

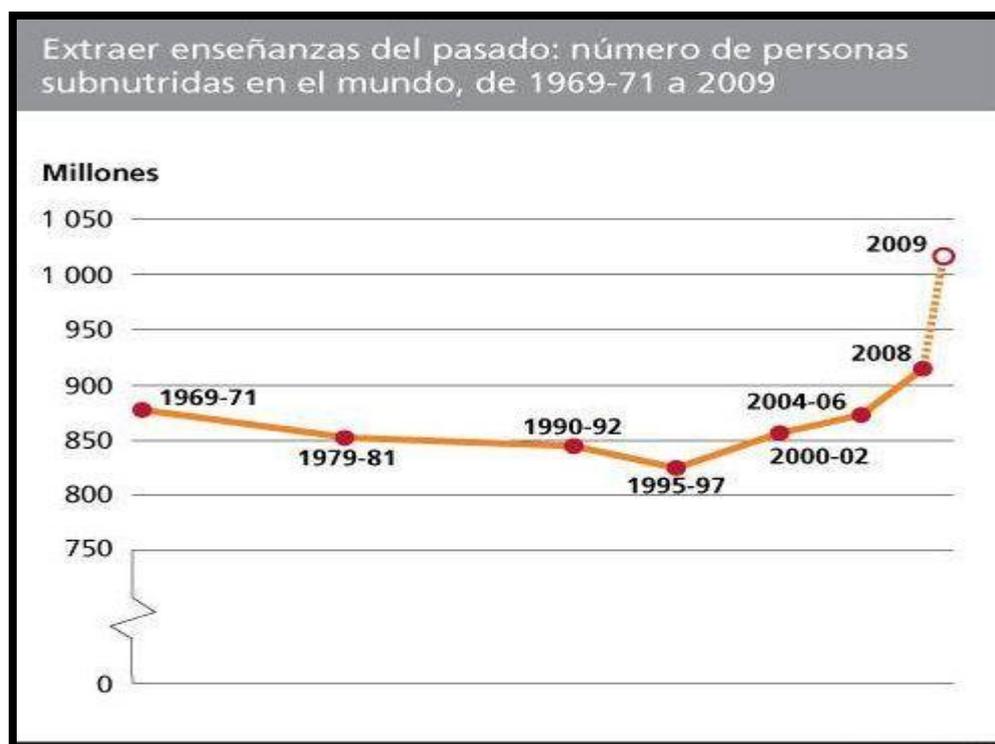


GRÁFICO 2: Produção agrícola no mundo 1990 – 2005

Fonte: FAO, 2009

Na esfera da produtividade, há paradoxalmente entravado a forma de produção de alimentos a serviço de um mercado elitista. É um legado histórico que deixara marcas cruciais de fome em diversos espaços. Vários países subdesenvolvidos produzem em maior nível do que alguns países desenvolvidos, então, o próprio plantio é correspondente a uma centralização nos valores

econômicos de alguns em detrimentos das necessidades alimentares do seu próprio povo.

Abramovay (1991, p.84) salienta esse modelo ao afirmar que “safras abundante nascem nos países famintos, mas para rumarem imediatamente aos portos de exportação: em suma, é o que vimos até aqui”.

Esses lucros comerciais se tornaram padrão nessas sociedades, visando mais uma produção para o mercado do que o abastecimento interno. Adas (1999, p. 37) reforça que “a produção agrícola africana, asiática e americana, que estava fundamentalmente voltada para atender às necessidades alimentares de seus povos, foi desorganizada, sendo substituída pela agricultura comercial de exportação”.

É contraditório o modelo de produção capitalista, que na realidade não alimenta equitativamente a população, mas, a parte dela que é acrescida em renda, sendo uma aplicação para quem tem o poder de compra para gerar o lucro em detrimento de saciar a necessidade humana de nutrimento. “Do ponto de vista do capitalismo, o importante não é produzir alimentos, mas sim lucros através da produção de alimentos”. (ABRAMOVAY, 1991, p. 94)

Se tratando do Brasil, produz-se suficientemente para abastecer a nossa população, porém, não tem um controle político para estabelecer regras que viabilize primeiro o mercado interno, a segurança alimentar da nação, mas, o que se prevalece é uma nítida riqueza destinada a vender para outros mercados consumidores.

Segundo o relatório conjunto da Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentado pela BBC (2010) “A produção agrícola do Brasil deverá registrar o maior crescimento agrícola mundial³, de mais de 40% até 2019, em comparação com o período entre 2007 e 2009”.

No âmbito dessa contradição, se comparar a produção de alimentos do Brasil no ano de 2005 com o percentual de consumo da população, veremos que há uma vantajosa sobra de alimentos em relação ao consumo, como demonstra os dados da FAO abaixo:

³ A mesma pesquisa mostra que a produção do Brasil, é suficiente para abastecer toda a América do Sul.

Tabela 2: Contribuição dos países em produção e consumo mundial de alimentos



Contribución de los países a la producción y el consumo mundiales de alimentos

COUNTRIES	SHARE IN WORLD FOOD PRODUCTION					SHARE IN WORLD FOOD CONSUMPTION				
	(%)					(%)				
	1994-1996	1999-2001	2003	2004	2005	1994-1996	1999-2001	2003	2004	2005
Brazil	7,84	7,98	9,06	8,96	9,00	3,06	3,03	3,22	3,25	3,26

Fonte: Adaptada da FAO⁴, 2005

De alguma maneira, os adeptos do livre mercado, da comercialização alimentar liberal, defendem que essa postura de exportação atrai para o país maiores investimentos e rentabilidade, bem como proporciona maior demanda de empregos e modernização na produção alimentar, sendo um dos fatores para a eliminação dos índices de pobreza.

No entanto, segundo Abramovay, (1991, p.75) essa estrutura cai em sua própria formação, pois “a pobreza estimula a produção voltada para o exterior, que por sua vez agrava o problema da pobreza”.

Esse é um dos padrões definidores do território brasileiro, e se faz pertinente na plantação, dessa forma, renega o direito alimentar do individuo, porque se está centrado no mercado, o próprio preço dessas mercadorias vai ser estabelecido pelo capitalismo vigente, de forma que a produção que for mais interessante no sentido lucrativo de mercado se estabelece como prioridades no modelo territorial agrícola.

O preço e o valor pago pelas mercadorias são mais evidenciados do que o direito alimentar dos cidadãos. Abramovay (1991, p.75) salienta sobre essa questão, “as safras agrícolas, no capitalismo, vão-se destinar, prioritariamente, não a quem delas necessita do ponto de vista fisiológico, mas a quem tem condições de pagar o que custam”.

Se o auge é a comercialização da soja para o biodiesel, aumenta gradativamente sua produção, se é a cana-de-açúcar para a fabricação de álcool que abastecerá os automóveis americanos e de outras partes do mundo, também intensifica a sua plantação.

Adas (1999, p. 46) afirma que, “atualmente, o modelo agrícola de utilização da terra no Brasil continua a privilegiar a agricultura de exportação em prejuízo da

⁴ Houve recorte da tabela original com a intenção de mostrar somente os dados do Brasil.

agricultura de alimentos para o mercado interno”. Produzimos mais para a necessidade dos outros do que para nós mesmo.

A organização da produção no nosso espaço não está designada para os condicionantes internos, para a alimentação do seu próprio povo, promovendo a veracidade alimentar que abastecerá a população do Brasil. Estabelece assim uma dicotomia entre a produção que alimenta a nação, e a que ganha suporte veementemente no mercado capitalista como salienta Adas (1999, p. 46)

O Brasil, com uma política agrícola ainda presa ao modelo colonialista e à divisão internacional da produção, tem preferido exportar soja e suco de laranja, ou ainda encher o tanque dos automóveis com o álcool da cana, em vez de fornecer alimentos aos brasileiros.

Somos um dos maiores produtores de grãos do mundo, também somos um dos países com as maiores desigualdades do mundo. “O Brasil, por exemplo, (...) é o sexto país do mundo em população gravemente desnutrida, ostentando, apesar disso, o título de quarto maior exportador agrícola mundial”. (ABRAMOVAY, 1991, p. 71).

Nesse sentido, é delineada a contradição entre a produção dentro de um desenvolvimento econômico que não reverte a sua bonança nas esferas sociais, uma economia de mercado que desassocia a rentabilidade com a necessidade social. Adas (1999, p. 14) enfatiza essa diferença ao afirmar que “no Brasil, os indicadores econômicos contrastam brutalmente com os indicadores sociais. Somos a oitava economia do mundo ocidental, entretanto uma grande parte da população vive miseravelmente”.

Assim, temos um paradigma quebrado, que é a fome como substrato da má distribuição da produção em detrimento da superpopulação e temos mais uma vertente desse fenômeno estabelecido, que é o modelo de produção dentro de um sistema econômico que não garante a alimentação nem mesmo de quem a produz.

Haja vista os mais recentes métodos de acelerar a produtividade como a mecanização da agricultura e os transgênicos⁵ que propiciaram concomitantemente o excedente agrícola e o crescimento no percentual de pessoas desempregadas no campo, configurando maiores disparidades de renda, que é um dos principais problemas da fome.

⁵ Transgênico é o mesmo que Organismos Geneticamente Modificados, (OGM)

A fome não é consequência da falta de produtividade, portanto, é preciso encarar a sua problemática a partir da conjuntura estrutural do nosso sistema político e econômico, sendo preponderantes os mecanismos de acesso a terra, e distribuição de renda de forma mais igualitária para garantir a sustentabilidade alimentar da população em sua organização espacial.

2.3 O capitalismo dos hábitos alimentares

Cada povo, cada nação tem seus hábitos alimentares nas especificidades históricas, culturais e sociais do seu espaço. As diferentes maneiras de se alimentar é pertinaz na realidade local, onde os gostos, sabores e culinárias sejam plausíveis em dar nutrição a quem se abastece.

No entanto, a mídia nos propaga um modelo padrão de alimentação ocidentalizado, e os nossos hábitos nutricionais estão sob a égide atribuída como o bom, o mais agradável, o necessário para se comer sadamente e de bom paladar. Distancia-se das características nacionais e regionais, pois, estamos adotando o que nos é conferido por hábitos alimentares consumistas e que vai gerar satisfação para outros.

Vivemos numa sociedade onde isso está tão arraigada que quando se compra os alimentos necessários para ingerir, logo, vêm à tona os nutrimentos mais propagados no mercado e que eminentemente são produtos que passaram por uma transformação industrial latente.

Por certo, os paladares estão sendo conduzidos pela mídia e principalmente pelo capital. Parece ser ridículo quando alguém diz que não gosta ou não bebe coca-cola, que não gosta de líquidos chocolatados, bem como outros alimentos que aparecem sempre na propaganda como o símbolo do que devemos consumir.

Adas (1999, p. 62) esboça o quanto somos introduzidos a comprar o que a mídia difunde. “Assim, o poder da publicidade acaba por conduzir o ser humano, mesmo o mais humilde, a comprar prioritariamente aquilo de que o rádio, a televisão, os outdoors, os jornais e as revistas fazem publicidade”.

Nesse mesmo viés, Milton Santos (2009, p.48) sustenta o quanto à publicidade define a nossa opção antes mesmo de adquirirmos tal mercadoria. “Mas,

atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos”.

O hábito alimentar é uma forma de manipulação e lucro, se a maneira de nutrir está nos padrões do outro, logo, este leva vantagem sobre tal povo, pois tudo que lhes forem imposto receberá como o mais nítido método de manutenção. Foram o que fizeram alguns países como os EUA, que disseminara os seus costumes alimentares, globalizando-os em boa parte do mundo.

Mais que um alimento, o produto exportado pelos EUA tornava-se um símbolo de inclusão de um mundo civilizado (...) o trigo era o alimento de toda a população branca do globo, induzindo a idéia de que a superioridade da civilização branca devia-se ao consumo deste cereal, como se o arroz, o milho, a mandioca e o feijão fossem comida de bárbaros ou animais (ABRAMOVAY, 1991, p. 36).

A comida de “bárbaros” é essa que ainda falta tantas vezes na mesa de muitos brasileiros, essa alimentação tradicional foi renegada pelos ditames do capitalismo, onde os países desenvolvidos já exercendo um maior índice de desenvolvimento técnico, criaram mecanismos para transformar a matéria-prima em produtos industrializados, levando vantagens sobre os que não tinham uma veemente concentração industrial.

Tendo a mídia como a grande aliada para disseminar esses produtos, em pouco tempo o consumo em excesso chegara às grandes partes do mundo. Em alguns países, esses modelos de consumo alimentar industrial foram veementemente introduzidos, chegando desde as grandes cidades até as zonas rurais, globalizando os comércios maciços desses produtos que são controlados pelas grandes empresas hegemônicas mundiais.

No México, por exemplo, médicos que trabalham em aldeias rurais têm declarado ser bastante comum observarem muitas famílias vendendo os poucos ovos e frangos que possuem, para comprar coca-cola para as crianças, agravando, assim, a deficiência de proteínas na alimentação infantil. (ADAS, 1999, p. 63)

Nesse cenário das propagandas, dificilmente se ver o incentivo a comer feijão, ovos, os derivados do milho, as comidas típicas regionais, mas o que mais permeia são os hábitos alimentares exógenos, principalmente de alguns países que propagam seus produtos como se fosse a nutrição preponderante. Abramovay

(1991, p. 37) enfatiza que, “tal é o poder de propaganda norte-americana em torno da suposta superioridade nutricional de seus produtos”.

O hábito alimentar se tornou no mundo uma geopolítica nutricional, se muitos passam a comer da forma que lhes são propagados, o lucro se faz pertinente a quem idealiza esse método nutricional. Essa política alimentar de dominação sempre foi apresentada nos países que são hegemonia, concernente a isso, a frase do senador estadunidense, Hubert Humprey que foi derrotado em uma campanha eleitoral:

Ouvi dizer (...) que povos se podem tornar dependentes de nós para os alimentos. Sei que isso não deve ser considerado como uma boa notícia. Para mim, foi uma boa notícia, porque as pessoas têm, antes de mais nada, de comer. E se procuramos uma maneira de fazer com que as pessoas se voltem para nós e sejam dependentes de nós, em termos de sua cooperação conosco, parece-me que a dependência alimentar seria a melhor. (RAMOS e FIGUEIREDO, 2009, p. 20)

Efetivamente a dominação do paladar pode contribuir diretamente na dominação territorial, influenciando o seu usufruto para o viés de tal política designada. Muitos países se encontram subservientes a esse modelo de forma exorbitante, delineando a maior parte da sua produção para atender esses costumes mundializados.

Adentrando nessa geopolítica alimentar, Abramovay (1991) esboça que o “problema da fome no Brasil não está nos hábitos alimentares”. Somos suficientemente abastecidos de proteínas, o que precisa é aproveitá-la numa esfera econômica, sendo salutar uma concepção nutricional a partir da produtividade básica interna, o que exige romper com a construção de consumismo feito por outros.

O que deve ser colocado em questão não é apenas a distribuição daquilo que a humanidade já produz. É também a modificação na própria maneira de se produzir, da idéia que nós temos da riqueza e do conforto. O padrão de consumo de nossa civilização (...) (ABRAMOVAY, 1991, p. 114).

Nessa perspectiva, o que cria esses hábitos, é a estrutura do capitalismo que tende a se aproveitar a partir do lucro que é gerado pelo paladar. Portanto, para qualquer modificação nos padrões alimentares de uma nação, é necessário começar pelo paladar. Castro, (1984, p. 168) reforça muito bem essa questão ao afirmar que,

“não é possível a erradicação da grande maioria das endemias ‘de fome’ sem que a estrutura econômico-social e os hábitos alimentares sejam modificados”.

Para que haja essas transformações nutricionais, é preciso modificações na própria produção endógena. Faz-se necessário um novo padrão de distribuição satisfatório, seja na terra que é a “mãe” produtora de nutrientes básicos como o feijão, a farinha, o arroz, os cereais, frutas, criações dentre outros, e pela distribuição de renda que dá o acesso direto a adquirir a alimentação.

Nosso problema não está na dependência de proteínas de outros alimentos, mas sim, de acordo com Abramovay, (1991, p. 44) “o que falta é a comida, ou melhor, os meios para adquirir ou produzir sua comida”. Afinal, temos uma oportunidade ímpar de aproveitar os recursos territoriais em favor da segurança alimentar da população, promovendo a partir dos condicionantes nutritivos internos e da especificidade de cada região do país.

2.4 A mobilidade da fuga contra a fome

Os indivíduos se movimentam na busca de recursos para superar a fome, é a constante procura da renda como mecanismo para se alimentarem. Leva-se em conta que há uma relação da mobilidade dos sujeitos que sentem a fome no rural e também dos que a passam no espaço urbano, onde os mesmos servem como “refúgios” em momentos de adversidades alimentares.

As grandes cidades geralmente recebem os sujeitos que buscam novos espaços para assim, adquirir renda. Paradoxalmente há um entrave relacional do próprio indivíduo ao se estabelecer num espaço em que não lhe é característico as peculiaridades de sua vivência, exigindo que o mesmo se adapte as relações sociais, culturais e econômicas em que não lhes é comum.

Nesse processo de mobilidade entre espaços, Santos (1997, p. 263) entende que “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”.

Cria-se um ciclo de adversidades, como a de um lavrador que decide ir ao espaço urbano, lá encontra uma série de estruturas como as condições precárias de moradia, contingente altíssimo de desempregados, e a sua presença se torna fator

crucial para aglutinar mais problemas locais. Desta forma, o espaço urbano e o rural dependem de uma contiguidade econômica solidária, haja vista que quando em um não houver mecanismos de sobrevivência mútua, logo, o outro abarcará as sequelas da mobilidade da fuga contra a fome, sendo o reflexo do impacto da negação de um espaço e suas consequências em outro.

Portanto, a diferenciação espacial é corroborada pelo fluxo populacional, proporcionado por uma fragmentação política e técnica na gerência territorial. Santos e Silveira (2005, p. 264) afirma que há “espaços luminosos”, são lugares onde a visibilidade é maior a partir da sua produção técnica. Assim, há também os “espaços opacos”, onde a inserção da multiplicidade de funções tecnicistas e mecanizadas é menor, o que constitui espaços de maiores adversidades.

Assim, os indivíduos envoltos nas penúrias sociais, na égide de libertar-se, procuram os espaços luminosos. Ao ser negado nesses respectivos espaços, contribui para acirrar as ambiguidades sociais espacializadas pelo fenômeno da fome.

Vale ressaltar que o próprio impacto da mobilização da fome não reflete somente no espaço de maneira econômica, ela envolve uma nova dinâmica nas estruturas fraternas, na proporção em que muitos pais de família se deslocam para granjear a renda familiar, essa mobilidade permite um distanciamento paterno no crescimento dos filhos, bem como outras consequências nos fatores individuais e familiares.

Uma série de proposições reflete no espaço a partir do fluxo importunado pela fome, ações políticas para combatê-la diretamente, influenciam em diminuir a escala da mobilidade do infortúnio, o que diretamente contribui favoravelmente para melhorar a organização do espaço.

2.5 A estética da fome no cotidiano

A fome em sua consonância nos é apresentado sobre uma égide de estética materializada no homem como reflexo da condição que enxergamos os indivíduos diante de uma penúria quando se estabelece no visível. Nessa relação, se estabelece paradoxalmente o sentido da imagem da penúria em quem vê e em quem a sente as ruínas do fenômeno.

Tem-se geralmente a considerar o faminto quem passa pelas portas das casas pedindo ajuda alimentar ou parado nas ruas carecendo ajuda financeira. Essa é a mais tradicional estética da fome no reflexo biológico, ao que chamaremos de como vemos a fome.

Nessa mesma perspectiva, também há a relação do famélico que auto se caracteriza da própria imagem do fenômeno, apropriando-se da estética que é pertinaz na sociedade, para dela poder ao mínimo se abastecer da “misericórdia” providencialista dos indivíduos que lhes cerca, buscando suprir sua necessidade emergencial. É o apoderar-se da representação da fome para exclamar através de sua estética, que ele existe que precisa de solução, que precisa comer, é o paradoxo de quem a sente dentro da própria imoralidade estabelecida.

Assim, se estabelece o perigo ao estetizar tal mazela. Consideremos um indivíduo que não passa fome porque trabalha, mas, o seu serviço é recolher materiais num lixão para assim vender e sobreviver à penúria. De um lado se caracteriza a imoralidade e exclusão dentro das relações sociais, o que faz muitos saírem da condição de fome, mas, dentro de uma acepção desintegrante.

A fome não é somente um fator de destruição da saúde e do vigor físico. Ela é ainda em maior grau, um fator de desagregação moral. Na áspera luta para manter a vida, todos os escrúpulos ficam esquecidos, vizinhos ficam contra vizinhos e os fortes sem nenhuma contemplação com os fracos. (MORGULIUS, 1923 *apud* CASTRO, 1984, p. 243)

Ainda nesse viés, por detrás das máscaras sociais, há a ocultação do fenômeno, todavia, existente e com relação aos acontecimentos cotidianos. Não pretende-se aqui, julgar ou condescender com a conduta moral da sociedade, mas, a violência urbana, furtos em supermercados, reivindicações dos homens do campo em prol da terra, em todos eles, muitas vezes, há o sentido da fome aí estabelecida e concomitantemente, apresentada sem a sua estética.

O que entra em jogo, é a própria essência da existência humana, quem passa fome, precisa comer, e isso é algo emergencial, portanto, é no sentimento das causas provocadas pela penúria, que os indivíduos nessas circunstâncias agem de alguma forma para garantir-lhes a sobrevivência perante o espectro da realidade em quem a sente fisiologicamente.

O fato é que, a sociedade geralmente tem medo desses atos, e conclamam soluções para combater tais ações. No entanto, para além das medidas tomadas

para conter essas dissociações, é preciso centrar as atenções nas causas que levam à execução das mesmas, sobretudo, a condição de fome de muitos.

Castro é sábio nessa análise, considerando esses aspectos de forma macro, a partir da discrepância entre a riqueza mundial dividida antagonicamente pelo nosso modelo econômico. Em sua concepção, a revolta é o marco central desta distorção.

A realidade desta miséria universal dividiu o mundo em dois grupos de seres humanos: O grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem. O grupo dos que não comem habita os países pobres e se julga esmagado em sua miséria pela opressão econômica das grandes potências industrializadas. O grupo dos que não dormem habita as áreas mais ricas do mundo, mas não dormem pelo pavor que lhes infunde a revolta dos que não comem. (CASTRO, 1966, p. 21)

Embora haja essa imagem da fome, ela é sobretudo, incongruente, ela existe e nem sempre vemos, quando a enxergamos, aceitamos, que por sua vez, naturalizamos algo que não é normal, que é ridículo, nos acostumamos a conviver com a fome como se fosse algo que tem que acontecer. Por trás de qualquer estática dessa penúria, existe a mais contumaz ocultação de um fenômeno que em silêncio mata paulatinamente a vida de muitas pessoas.

2.6 Região Nordeste e fome: Os estabelecimentos dos discursos deterministas

Para uma análise das relações entre uma região e um fenômeno espacializado, é preciso entender como o imaginário é constituído e concomitantemente contraditório com as relações sócio-econômicas do espaço. Os problemas do Nordeste são antigos, porém, as suas discussões são novas, sendo o imaginário regional uma reprodução idealizada a partir das relações espaciais.

De acordo com Júnior (2001, p. 25) “a noção de região vem de comandar, estando ligado às relações de poder e sua espacialização”. Ela se constitui em partes para instituir o todo, logo, se o problema está na parte, efetivamente se desassocia do todo, porque ela mesma é feita de suas partes. Assim, o Nordeste como fator regional político fora sempre vislumbrado como um caso a parte, onde, na realidade, os critérios regionais devem ser interpretados dentro da esfera do todo, como contiguidade da organização territorial.

É fundamental adentrar na história do referido espaço, para conceber a razão do que lhe é imputado ideologicamente. A região, por muito tempo, foi o braço condutor da economia brasileira, principalmente levando-se em conta os seus aspectos físicos, especialmente do solo massapé apropriado para o cultivo da cana-de-açúcar, produto altamente almejado no mercado europeu.

Após a descentralização política e econômica do Nordeste, emergem as primeiras vicissitudes imaginárias justamente sobre os aspectos físicos da região, até então o emoliente da economia. Efetivamente a regionalização do Brasil estava amparada nos modelos capitalistas, afluindo na negação de um espaço frente o outro, objetivando a autonomia e ascensão de uma determinada região.

Portanto, dentro de uma região em que havia vários “Nordestes”, com diversos problemas sociais e climáticos em seus contornos geográficos, emerge com veemência a promulgação determinista da região, justificando os problemas que são políticos no viés climático. Nessa perspectiva, é salutar enfatizar que a definição regional do Nordeste ainda não foi feita pelos nordestinos, todavia, aceita.

Durval Muniz (2001, p. 67) enfatiza que “o Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos”. Nessa perspectiva, a região é idealizada a partir da contemplação impresumível das relações produtivas, efetivando a reprodução do discurso da negação a partir da comparação espacial.

Assim, ganha respaldo o imaginário da fome como conseqüência de uma região de pouca pluviosidade, de solos pobres, aflorando as implicações da miséria aos aspectos físicos. A dimensão destes determinismos ajuda a ocultar a representação do território fragmentado no âmbito da valorização de específicas regiões sobre outras, sobretudo, na contemplação política e econômica.

Quanto mais rápido esse imaginário se difundisse, seria melhor para anestesiar as ações do Estado perante as contestações socioeconômicas espaciais. Castro (1992, p.16) reforça que, “no Brasil as diferenciações físicas no meio geográfico, naturalmente esperadas numa extensão territorial tão grande, algumas vezes disfarçam ou confundem outras diferenças”.

Dentre várias inconsistências, existe, principalmente, a compactação de uma oligarquia instalada, que se aproveitaria de tais proposições para se vincular de forma hegemônica no que tange ao poder político regionalista. “Tomamos então

como ponto de partida a existência de uma elite regional, historicamente beneficiária das condições estruturais da região”. (CASTRO, 1992, p. 17).

Soma-se também nessa perspectiva, que a base fundiária no Nordeste esteve sempre atrelada ao poder central, a própria conjuntura administrativa foi compatível com as oligarquias aqui estabelecida, como mecanismo de continuar a explorar a região aos interesses econômicos do Estado que se centrava no mercado externo.

No Nordeste a capacidade de manobra da oligarquia ligada a propriedade e a exploração da terra, tem conseguido apóio governamental para a sua produção, em grande parte constituída por produtos de exportação, açúcar, cacau, mamona, sizal, etc, em detrimento das culturas de subsistência, voltadas para o mercado interno, mandioca, milho, feijão, etc. (ANDRADE, 1985, p. 31)

Temos assim, dois determinismos, um constituído na esfera política através do discurso da miséria, tratando-se de uma falácia política conservadora, baseado na região esfingida do país, devido a uma economia fraca e principalmente dos aspectos físicos inviáveis para a produtividade. E o outro é o determinismo social, fruto do próprio discurso político e que se constitui e se reproduz de forma imaginária na relação fome e Nordeste.

2.7 As contradições no discurso político da região

Começemos a dialogar o contraste do primeiro, se compararmos o PIB da região com as demais, rechaça o discurso da própria desgraça social regional. Nessa concepção, Andrade (1985, p. 7) enfatiza que, “o Nordeste não é assim um peso econômico para o país, ao contrário, ele fornece mais a Federação com o seu saldo de exportações, de divisas, do que recebe desta mesma Federação”.

Através dos dados do IBGE apresentado na tabela abaixo, podemos perceber o quanto à região é eficaz na contribuição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ficando a frente de outras duas regiões do país no ano de 2006⁶, reforçando o que fora concebido pelo autor.

⁶ Embora a análise referendada seja do ano de 2006, o IBGE apresenta na tabela os dados do ano de 2002 a 2006 em porcentagem de participação do PIB.

Tabela 3: Participação das grandes regiões do Brasil no Produto Interno Bruto (%)

Grandes Regiões	Participação no Produto Interno Bruto (%)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, 2006

Na medida em que é reproduzido o imaginário político da necessidade, a nata estabelecida no poder se apodera do discurso para atrair investimentos em renda na região. Não é de se negar os gastos assistencialistas de combate às penúrias sociais, de veementes recursos atribuídos para a região sem uma libertação emancipatória da população de suas atribuições sociais.

Nenhuma região recebe tantas verbas assistencialistas como o Nordeste, isso outorga a pensar em como a região está inserido politicamente para combater as disparidades sociais. Assim, o discurso da miséria serve como mecanismo de controle político sobre os próprios personagens envolvidos nessas circunstâncias.

Concernente a essas proposições, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra a grande quantidade de benefícios em porcentagem atribuídos ao Nordeste, onde a região recebe por domicílio mais de 35,9% de ajuda do governo federal em programas sociais.

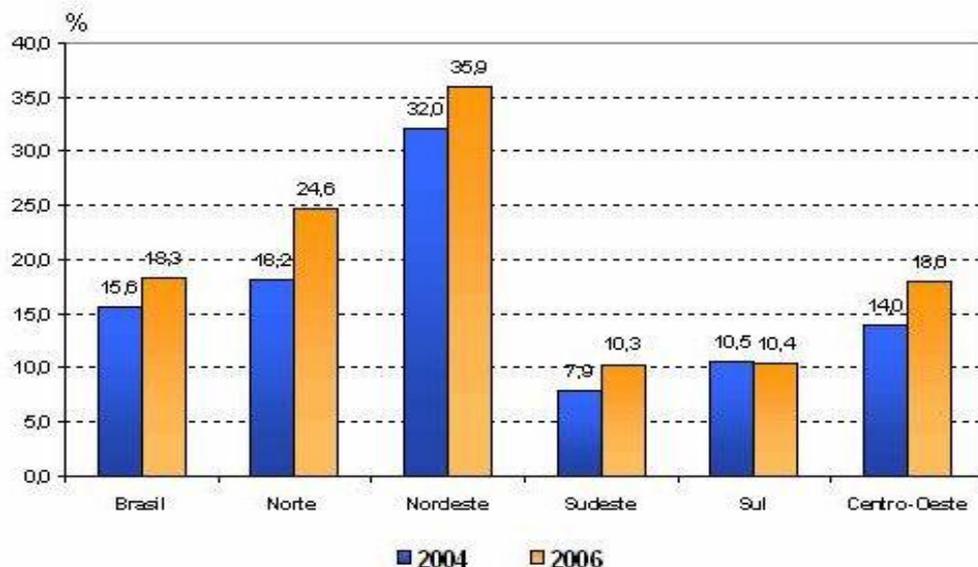


GRÁFICO 3: Regiões do Brasil que mais receberam benefícios de programas sociais do governo Federal de 2004/ 2006.

Fonte: IBGE, 2006

O aumento do assistencialismo ao longo dos anos na região, proporcionou maiores benefícios para uma classe social que em vez de agir politicamente, acolheu o discurso da miséria para se abastar dos maiores gastos público, sendo que, quem mais se beneficiou com tudo isso foi à classe hegemônica nordestina em detrimento dos miseráveis.

Concentração de renda é um disfarce que usamos para mascarar a concentração dos gastos de consumo. Se o estilo de desenvolvimento é o mesmo, na região onde a penúria é maior, também relativamente maior é o desperdício, a margem de gastos supérfluos ou suntuários. (FURTADO, 1982, p. 121)

É na própria atuação do Estado interface aos problemas sociais da região nordestina que merece rechaçar as perdurantes estruturas. A fome não foi enfrentada como fenômeno ridicularizado fruto das próprias consequências estruturais política, e é no bojo da própria mazela social, que a dominação, a subserviência tornou-se perspicaz no sentido de alienar o indivíduo dentro de um sistema políticos vigente, principalmente por grupos político, que se aproveitando do poder, introduz benefícios, para assim, graduar-se no poder.

Essa condição é um fato histórico do assistencialismo forçado, sobre o qual Leal, (1949, p. 36) denomina de “voto de cabestro ou obediência a quem tudo lhe paga”, sendo um jogo político edificado em cima das próprias adversidades, atalhando uma favorável consolidação emancipatória populacional. Santos (2000, p. 73) enfatiza que “o clientelismo suprime a vontade, já que com ele o direito real de escolher é deferido a um outro”.

Por essa dimensão, merece questionar, sendo o Nordeste a região que mais recebe benefícios, porque a classe pobre não consegue vencer as penúrias sociais? É axiomático que, se diminuir a grande massa de miseráveis, concomitantemente muda o artifício político, o que pode suceder cognoscitivo entraves. Portanto, a própria miséria é eficaz para determinados grupos dentro desta configuração política em que se estrutura a região.

Consiste o fator nordestino solidificado no próprio fenômeno da fome, impedindo o próprio crescimento socializante às margens de uma sociedade tão arraigada aos problemas sociais de origem política, principalmente no âmago da má alimentação, que dentre todas as penúrias perdurante, é a que mais flagela o

homem. “A subalimentação provoca sequelas na população pobre que cada vez mais dificulta o desenvolvimento da sociedade nordestina”. (ANDRADE, 1985, p. 28)

2.8 Fatores sociais do imaginário determinista na região

O legado do discurso conservador permite que vários fatores deterministas se estabeleçam no imaginário social quanto aos problemas da referida região. Também, é estabelecida a reprodução e interpretação da fome a partir do simbolismo físico, porém, o discurso se prende a uma conotação religiosa e tradicionalista a respeito das causas e consequências desse fenômeno e a solução para a mesma.

Castro (1984, p. 253) já enfatizava o quanto o “fanatismo religioso se constituiu como uma desgraça para a região”. É a crítica a uma relação social extremista que desvia o foco de um problema que está centrado na égide política do Estado, atrasando o inconformismo populacional em relação às mazelas sociais.

Desta forma, a penúria da fome é concebida como uma miséria que só através da religiosidade poderia ser resolvido. A análise da música “Madalena” do compositor Gilberto Gil serve como mecanismo para essa interpretação do imaginário social referente à pobreza da região:

Madalena

Compositor: Gilberto Gil

Fui passear na roça
Encontrei Madalena
Sentada numa pedra
Comendo farinha seca
Olhando a produção agrícola
E a pecuária

Madalena chorava
Sua mãe consolava
Dizendo assim
Pobre não tem valor
Pobre é sofredor
E quem ajuda é Senhor do Bonfim

Entra em beco sai em beco
Há um recurso Madalena
Entra em beco sai em beco
Há uma santa com seu nome

Entra em beco sai em beco
Vai na próxima capela
E acende um vela
Pra não passar fome

Nessa composição que fora bastante repercutida no Nordeste, podemos vislumbrar vertentes importantes para raciocinar como o pensamento da fome se centra no imaginário cotidiano.

A primeira é a da figura do pobre, do sofredor, de um povo que come “farinha seca” relacionado ao rural, espaço cuja relação com o fenômeno é sempre abordado com veemência justamente alicerçando o determinismo físico. O papel do pobre nessa interpretação aparece como indivíduo desamparado, ‘sem valor’, ou seja, há uma condição humana em que o sujeito está desvinculado numa esfera de organização política, a qual o sentido se encontra imaginavelmente antagônica a um fenômeno criado pelo próprio homem, o que remete a solução na religiosidade como apresenta a música.

Esses pensamentos sobre a penúria social da forma que se estabelece nos fazem subservientes, elevando cada vez mais uma identidade conferida à fome no Nordeste aos condicionantes acima referenciados. Certamente, fenômenos como a seca, o excesso de chuva e a neve, são constantes, mas, as circunstâncias sociais diante dos paradigmas naturais podem ser efetivadas numa esfera sociabilizante.

Por isso, é preciso que a concepção da regência político-econômica seja clarificada no imaginário regional, através do próprio pensamento social em relação às penúrias.

Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida dos sertanejos, mas também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social. (CASTRO, 1984, p. 243)

A análise do Nordeste requer vislumbrar os seus aspectos sociais, levando-se em conta as necessidades populacionais, partindo da pobreza constituída como consequência dos aspectos sócio-econômicos da população ao inverso dos problemas relacionados aos fenômenos naturais.

É nessa concepção, que Castro (1992, p. 105) reforça que, “a pobreza regional deve, então, ser analisada tanto pelo baixo nível de renda, como pela

precariedade de infra-estrutura sanitária, pela deficiência calórica, pela menor esperança de vida ou pelas elevadas taxas de analfabetismo”.

Por fim, a análise dos problemas históricos extremamente enraizados na região, precisa ser pautada pela dimensão das diferenças de classes, e da relação entre dominados e dominador. Castro (1992, p. 72) esboça que “as classes dominantes da região são, portanto, responsáveis pelo atraso do Nordeste. Ele complementa também que “como o poder político é o maior agente social da organização do espaço, é através dele que melhor se pode interpretar a realidade regional como produto da vontade social”.

Nessa perspectiva, é preciso centrar as atenções no modelo administrativo do país e como a região tem sido encarada como espaço político de atuação do Estado, afinal, é através das articulações do seu modelo organizacional, que podem ser combatidos os maiores problemas da região, principalmente a fome.

CAPÍTULO III

3.0 POLÍTICA E SEU SENTIDO NA LÓGICA ESPACIAL

O termo política é originário do grego, sendo a expressão de uma combinação de vários fatores humanos, onde o mais tradicional seria atribuído a vida na *polis*, ou seja, na cidade. Surge como forma de idéias viabilizando regras, estratégias e decisões dentro de uma condição espacial.

Atribuída a sua etimologia, ela penetra entre a busca de sua essência e a razão de exercê-la. Rompendo com o pensamento clássico aristotélico do homem como um “animal político”, Arendt (1999, p.21) denomina que “a política baseia-se na pluralidade dos homens”. Nessa concepção, o homem não nasce político, mas, cria a política a partir de relações com outros indivíduos.

Portanto, ela se faz necessária como um mecanismo de arbitrariedade no âmbito das decisões do coletivo, tornando-se uma construção a partir da prática do seu real significado, que segundo Arendt (1999, p.38) “o sentido da política é a liberdade”. Santos (2000, p. 8) também entende que “os homens, pela sua própria essência, buscam a liberdade”

Efetivamente a condição de homem político é pautada na própria inclusão social de forma igualitária, sendo ações que visem à participação e integração de todos os personagens imbuídos na contigüidade de interesses grupais. “A política trata da convivência entre diferentes, os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum”. (ARENDR, 1999, p.21)

O agir do indivíduo desassociado com o outro, eminentemente cria uma nova condição dentro da própria esfera política, constituindo a dominação. Fragmenta o sentido organizacional e estabelece privilégios na conduta de intervenção de grupos sociais perante outros.

Constitui-se um viés desigual fomentando diferença de classe, onde o uso da dominação se faz preponderante no poder de controle político, econômico e ideológico graduado através dos tempos. “O poder político é, evidentemente, o poder organizado de uma classe para oprimir a outra” (MARX e ENGELS, 1986, p. 36). Nessa mesma concepção, Bobbio, (2000, p. 165) complementa que “as

instituições políticas em uma sociedade dividida em classes antagônicas têm por princípio função permitir que a classe dominante mantenha o próprio domínio”.

Sendo ela de fundamental importância para a organização da vida social, é comumente praticada contraditoriamente de sua essência, compactuando o privilégio de alguns em detrimento de muitos.

No âmbito dessas causalidades, o espaço é fundamental para a compreensão da forma de organização e exercício da política de uma determinada sociedade. Seriam os problemas políticos geográficos ou os problemas geográficos são políticos?

Castro (2005, p. 139) considera que “o espaço geográfico é intrinsecamente político, ou seja, ele é arena de conflitos e, conseqüentemente, controle”. Assim, as alternativas políticas, suas estratégias e exercício é eminentemente um domínio de grupos em determinado espaço, onde o mesmo é o palco das realizações humanas. Numa desarticulação política, efetivamente emerge problemas geográficos espaciais.

Por sua vez, os problemas geográficos também são políticos. Desde o momento em que os indivíduos obtêm convívios, funções sociais, podem se organizarem de forma negativa na própria relação homem natureza. Santos (2000, p. 61) salienta que “o espaço também contribui para o processo de socialização invertida a que agora assistimos e é utilizado como instrumento de política cognitiva”. A ação do homem nas articulações sociais se constitui em arranjo espacial que pode ocasionar, favorecer ou desconstruir a sua própria organização num processo de convivência coletiva.

Assim, é de fundamental importância a análise do Estado como forma de regência social. É nessa condição que adentramos na sua atual configuração perante os arranjos institucionais de seus atores sociais que os compõe.

As avessas da própria essência política, o modelo do Estado se concentra fragmentado em priorizar grupos específicos de seu arranjo. “O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho”. (MARX e ENGELS, 1970 *apud* HARVEY, 2005, p. 84).

Há um redimensionamento da lógica política na nossa atual fase organizacional, desviando o foco principal da sua ação comum a todos. Santos

(2000, p. 67) considera que “a política agora é feita no mercado, só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo”. Nessa concepção, a política existe, mas com uma configuração antagônica a sua razão, onde as prioridades estão pautadas nos ideais predominantes de setores privados, amparado pelo próprio Estado que se articula nos artifícios de atenções mais a estes do que as próprias causalidades sociais.

3.1 Os fundamentos da política pública

Teixeira (2002, p. 2) concebe que “políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. Nessa concepção, é dever do Estado mediar e consolidar o seu poder legitimado em favorecimento do ato social.

Marx é sábio em revelar o quanto o Estado se organiza prioritariamente para abstrair o privado, no entanto, usando atributos políticos para alegar que o mesmo está inserido no acolhimento de todos, ou seja, fomenta o enunciar do público, porém, o agir consiste em estruturas do privado.

O uso do Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos (MARX e ENGELS, 1970 *apud* HARVEY, 2005, p. 80)

Diante dos fatos históricos que estão entrelaçados na configuração do Estado, não se podem negar a dimensão da desigualdade entre às classes sociais, o que se torna perspicaz a atuação do poder público em benefício dos mais desfavorecidos. “Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem”. (TEIXEIRA, 2002, p. 2) Essa é a dimensão do uso do poder público que é corroborado para a aplicação do beneficiamento social.

A ação política consolidado pelo Estado é de fundamental importância para a organização dos grupos sociais. Sua estrutura necessita ser pautada nas arbitrariedades dos direitos e efetividade da igualdade, participação e condição da própria existência humana, para uma melhor contribuição da convivência social do espaço de uma sociedade mais justa em seus fundamentos políticos.

3.2 Bolsa Família e o combate à fome no território nacional

O programa Bolsa Família em sua essência é um programa de transferência de renda, tendo como método alcançar famílias pobres e extremamente pobres. Devido a uma reformulação ocorrida objetivando um melhor acompanhamento, foi efetivada a junção com o programa inicial, sendo um dos programas que integram o Fome Zero.

A anexação do antigo programa Fome Zero, não desvia o seu foco principal de combate a fome, promovendo a segurança alimentar. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome⁷ (MDS, 2006, p. 11) o principal objetivo está pautado no “direito humano a alimentação adequada com prioridades para as pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos”.

Esse programa é regulamentado na escala territorial nacional pela lei nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Atribui ao Bolsa Família as seguintes objetivos de atuação:

Aliviar a pobreza de forma imediata, por meio de transferência de renda diretamente às famílias; contribuir para a redução da pobreza entre gerações, por meio do acompanhamento das condicionalidades; e apoiar e desenvolver as famílias, por meio da articulação com programas complementares. (MDS, 2006, p. 11)

Foram confinados ao programa Bolsa Família os programas como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, que também visava uma distribuição de renda dentro de suas especificidades. A integração desses outros programas facilitou a gestão, uma vez que de acordo o MDS, (2006, p. 11) “cada um desses programas remanescentes estava sob a responsabilidade de um órgão específico, o que dificultava, ou mesmo inviabilizava, a coordenação de ações de caráter intersetorial para o combate à pobreza”.

São atribuídos alguns compromissos para que os beneficiados continuem a ser contemplados pelo programa. São obrigações que se estabelecem principalmente nas áreas de educação, saúde e programas que apóiam a inclusão dos jovens. De acordo o MDS (2010) essas condicionalidades são:

⁷ O Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome (MDS) foi criado em Janeiro de 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza.

- **Educação:** frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.
- **Saúde:** acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos.
- **Assistência Social:** frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

Os critérios de seleção e inclusão do benefício são realizados através das informações inseridas nos Cadastro Único para programas sociais de cada município, onde são coletados dados que identifica o nível de renda das famílias.

Os valores dos benefícios no ano de 2010, variam de 22 reais até 200 reais no máximo. De acordo o nível de renda familiar e do total de indivíduos inseridos, a família é contemplada pelos quatro tipos de benefícios que são: O básico; o variável; o variável vinculado e o variável extraordinário.

O benefício que é mais contemplado é o básico, onde é repassado o valor de R\$ 68 pago para as famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal até setenta reais por pessoa independentemente de terem ou não filhos. Se tiverem filhos, e de acordo a faixa etária e cumprimento das condicionalidades, são acrescentados variáveis no valor total. MDS (2010)

Segundo Menezes (1998, p. 34) “A assistência como uma política social (...) é, eventual, transitória, emergencial”. Nessa concepção, é preciso que os sujeitos que estão sendo beneficiados, sejam assistidos no favorecimento dos critérios de emancipação e independência ao próprio programa.

Quando há o assistencialismo, significa que houve uma deformidade anterior na condição social. Porém, para uma política que busque a sociabilidade, é preciso auxiliar os indivíduos que precisam de mecanismo para desenvolver, integrar, existir, edificar os valores humanos nos direitos básico da sobrevivência em detrimento da lógica desintegrante do capital.

Somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. (MARX e ENGELS, 1986, *apud* MENEZES, 1998, p. 118)

A política do tracejar econômico do capitalismo consiste em não contemplar a todos nas proposições básicas de sobrevivência. Contribui para acirrar as disparidades humanas entre os muitos que carecem das necessidades básicas, o que faz no âmago da precisão, agir nas condições afanosas para conseguir garantir o que lhe foi negado.

No capitalismo subordinado, o tempo que resta, por um lado, é ocupado pela ausência do Estado quando este não implementa os bens coletivos de consumo, fazendo com que às populações desprovidas desses serviços se organizem precariamente para cobri-los. (MENEZES, 1998, p. 38).

Na esfera política, deveria ser ridículo falar do fenômeno da fome nos dias atuais. Significa que o combate político para conter a própria miséria, não foi perspicaz ao ponto de erradicá-la. Contudo, devido a uma dissociação humana que se perdura, se torna preponderante e iminente agir politicamente no combate as estruturas que causam a própria penúria, compactuando a fundamental importância dentre as prioridades das políticas públicas que é alimentar os indivíduos de seu país, como salienta Castro (1984, p. 305). “O que é necessário por parte dos poderes públicos é condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo”

CAPÍTULO IV

4.0 A ESPACIALIDADE DO BOLSA FAMÍLIA EM QUIXABEIRA-BA

A espacialidade é a dimensão de um fenômeno natural, social, cultural e político contíguo nas relações humanas num determinado espaço. Santos (1991, p. 73) considera que a “espacialização é sempre o presente” e que ela também é “funcional”. Nessa concepção, o espaço geográfico interface a sua criação e modificação histórica é palco motriz da espacialidade das representações, concretizações e coexistência social num dado período recente.

Santos (1991, p. 74) também salienta que a “espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre determinado arranjo espacial”. Portanto, não se trata de uma escala fixada, mas, da própria mobilidade dos processos e estruturas da criatividade humana, firmada nos constituintes relacionais da convivência social e política dos indivíduos em um espaço peculiar.

4.1 Quixabeira: Formação socioespacial

Quixabeira leva esse nome devido a uma planta nativa da região que atinge até 16 metros de altura. A sua formação socioespacial começou por volta de 1943, ficando no trajeto de tropeiros que vinham comercializar em Jacobina pela rota de Itapeipú. Sua emancipação aconteceu no ano de 1989, desmembrando-se territorialmente do município de Serrolândia.

O Município de Quixabeira está localizado no Piemonte da Chapada Diamantina, região noroeste da Bahia, a 300 Km da capital, Salvador. Sua área é de 368 km², e limita-se com os municípios de Jacobina, Capim Grosso, São José do Jacuípe, Várzea da Roça e Serrolândia. Pertence a mesorregião do Centro-Norte baiano e a microrregião de Jacobina. De acordo com o (IBGE)⁸ 2009 a população do município é de 9,631 habitantes, dos quais 3.130 estão na zona urbana. Suas coordenadas geográficas são 11° 25 de latitude sul e 40° 08`longitude oeste.

⁸ As principais informações do município foram retiradas e estão disponíveis no site do (IBGE). Abaixo, o link que foi acessado em 23 de Setembro de 2010 para obter as informações: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

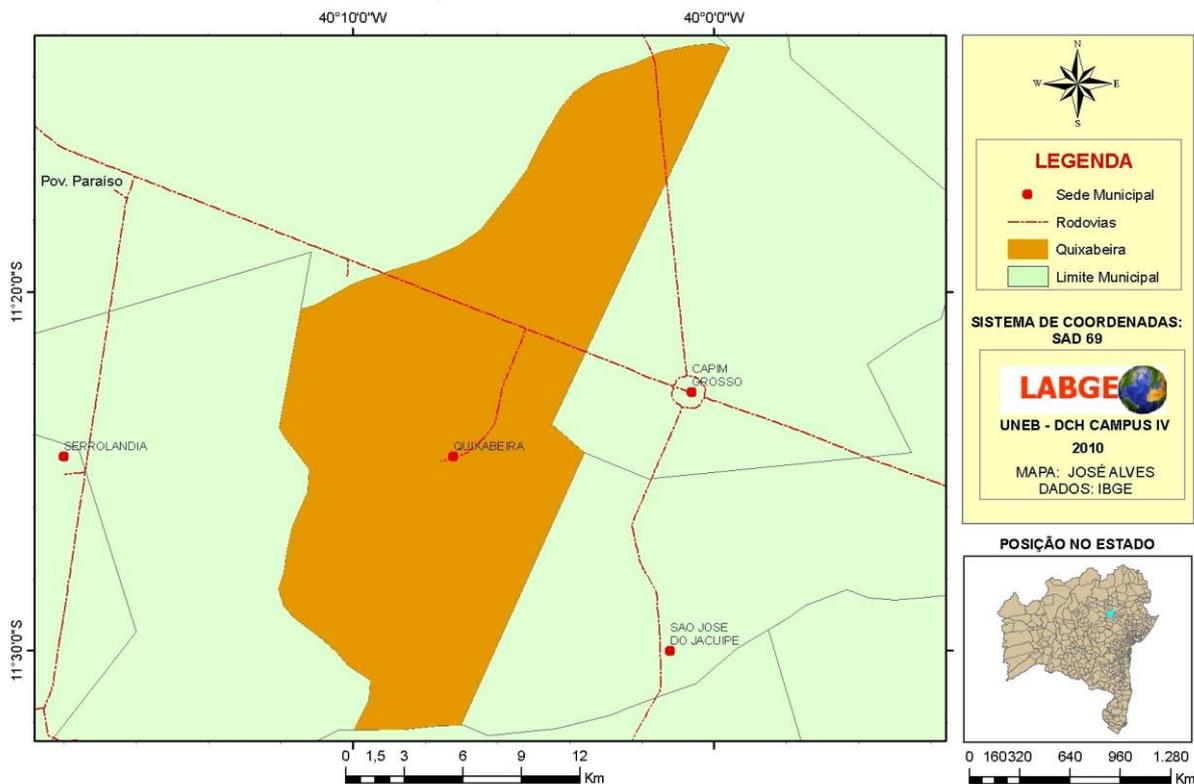


Figura 2: Mapa da localização do município de Quixabeira - Bahia.
 Fonte: José Alves, 2010

A sua localização geográfica compreende aos municípios que estão situados no polígono da seca, na região do clima semi-árido da Bahia, apresentando uma temperatura média anual em torno de 28°C, e uma densidade pluviométrica de 500 a 800 mm/ano. Sua altitude é de 431 metros acima do nível do mar, constituindo em maior parte de relevos de planalto e os solos predominantes são os latossolos vermelhos, amarelo álico e coluvionares, granito-gnaiss e rochas básicas e ultra-básicas.

A hidrografia do município é composta pelas águas da barragem João Durval Carneiro, ou “Barragem do São José,” açudes intermitentes e tendo como vegetação predominante a caatinga. Sua estrutura agrária baseia-se na agricultura de subsistência, com plantio e preparo da terra de forma tradicional com pouquíssima mecanização. Suas principais culturas são a mandioca, milho, mamona e feijão de “corda”, nome do condimento como é chamado comumente na região, típica para alimentação de auto sustento e com baixa rentabilidade no mercado.

A ocupação econômica do município basicamente gira em torno dessas pequenas produtividades, empregos ligados a prefeitura, não oferece uma base

econômica industrial sólida e é assinalada por comércios de pequeno porte na cidade.

4.2 Análise dos dados

A pesquisa de campo teve início em Agosto de 2010 e finalizou-se em Fevereiro de 2011. Foi corroborada pelo método dialético que segundo Lakatos e Marconi (1991, p. 101) “as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento, nenhuma coisa está acabada, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver, o fim de um processo é sempre o começo de outro”.

O método dialético é essencial para a compreensão das relações sociais em sua interação com os objetos, permitindo novas concepções das circunstâncias a partir dos confrontamentos das idéias e das ações interposta no convívio humano.

Partindo desses pressupostos, no primeiro momento da pesquisa de campo, buscou-se coletar os dados quantitativos relacionados ao município, com a finalidade de evidenciar a sua situação socioeconômica através dos índices de exclusão social, pobreza, IDH, PIB dentre outros, sendo a pesquisa documental.

Após essa etapa, iniciaram-se as coletas das informações do programa através da aplicação de questionários, baseado em Lakatos e Marconi (1991, p. 201) entendendo que essa técnica deve ser “constituída por uma série ordenada de perguntas”. Os questionários foram instituídos por perguntas fechadas e abertas, tanto para os beneficiados bem como para os representantes do poder público municipal.

As coletas de dados também foram complementadas por entrevistas semi-estruturadas, apto a obter informações a respeito de uma investigação social e, constituído com “perguntas pré-determinadas”, de acordo com Lakatos e Marconi (1991, p. 197). A partir dessa fase, foi permitido mensurar as relações socioeconômicas de escolaridade e renda, bem como, os critérios de uso do dinheiro recebido do programa pelos beneficiados.

No que tange aos aspectos qualitativos, foram salientadas e confrontadas as fala dos entrevistados concernentes a questão da fome no cotidiano histórico e espacial da cidade e do significado do programa BF para estes. Nessa mesma

dimensão, foi aproveitada para as afirmações dos representantes do poder público municipal referente à aplicação e fiscalização do programa.

Na medida em que foram analisadas as falas dos entrevistados, buscou-se comprovar, confrontar e apurar as informações através de dados em diversas áreas afins, como agricultura, Secretaria de Assistência Social e na espacialidade do programa nas áreas de saúde e educação do município, avaliando a sua relação no combate à fome.

4.3 Quixabeira no cenário da pobreza

O estabelecimento da pobreza no município é alto, caracterizando 35, 82% o Limite Superior da Incidência de Pobreza Populacional de acordo com o IBGE, 2003. Apresenta um índice de exclusão social em 0,321 constituindo como elevado conforme o Atlas da Exclusão Social no Brasil. (2007)

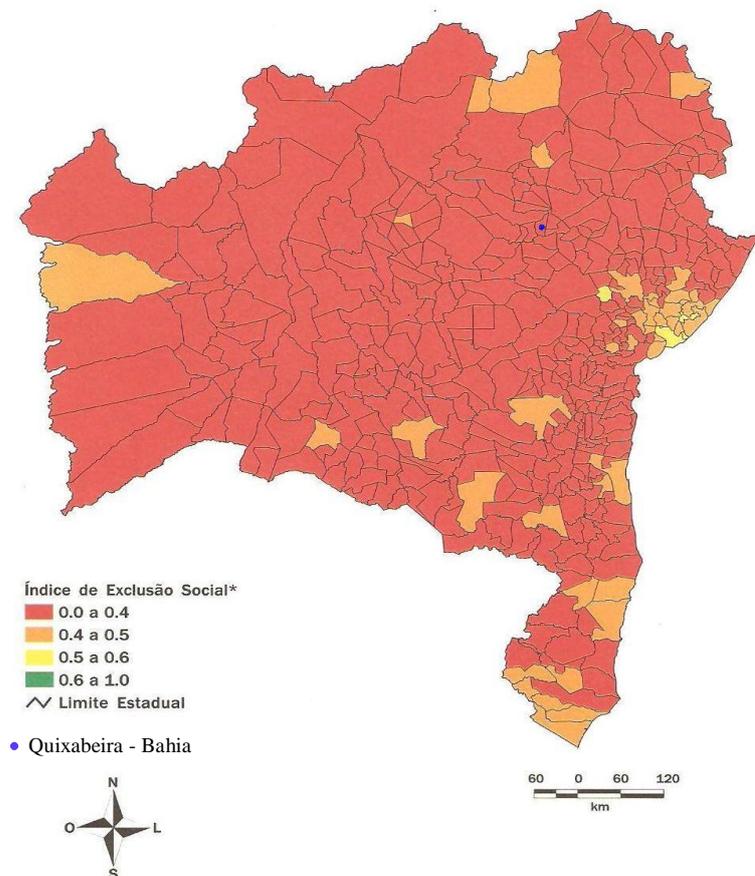


Figura 3: Mapa do Índice de Exclusão Social no Estado da Bahia
Fonte: Atlas da Exclusão Social no Brasil, 2007

No mapa acima, quanto maior o índice, melhor a situação social, portanto, Quixabeira que está representado na faixa de menor índice, indica um maior nível de exclusão social.

Varias razões explicam essa exclusão social. De acordo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) 2003, Quixabeira apresenta uma relação de 30,6% de analfabetos com 15 anos ou mais de idade. Somam-se a esse fato, as características do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 2.446, (IBGE) 2007 e com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em torno de 0, 606 de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) 2000, o que caracteriza como um dos municípios pobres do estado da Bahia.

4.4 Escolaridade e renda média familiar dos beneficiados.

Através das respostas dos questionários entregues aos beneficiados, foi possível compreender o grau de escolaridade entre os receptores do programa. Mais da metade dos que foram pesquisados afirmaram não ter estudado, o que reforça os dados sobre o analfabetismo do município apresentado pelo INEP, 2003.

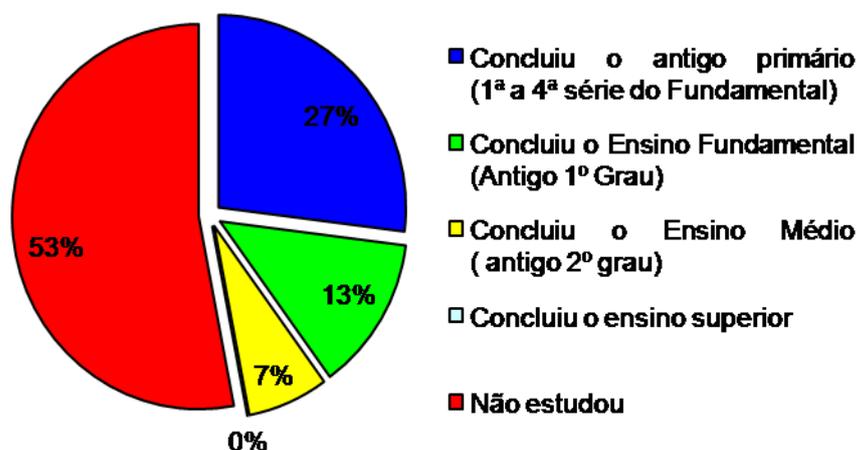


GRÁFICO 4: Escolaridade dos beneficiados do BF em Quixabeira – BA

A condição de renda dos beneficiados vem adjacente a escolaridade revelar que na negação dela, o outro se estabelece com maior facilidade. Basta examinar a renda média familiar dos mesmos entrevistados, para perceber o quanto o poder aquisitivo é baixo.

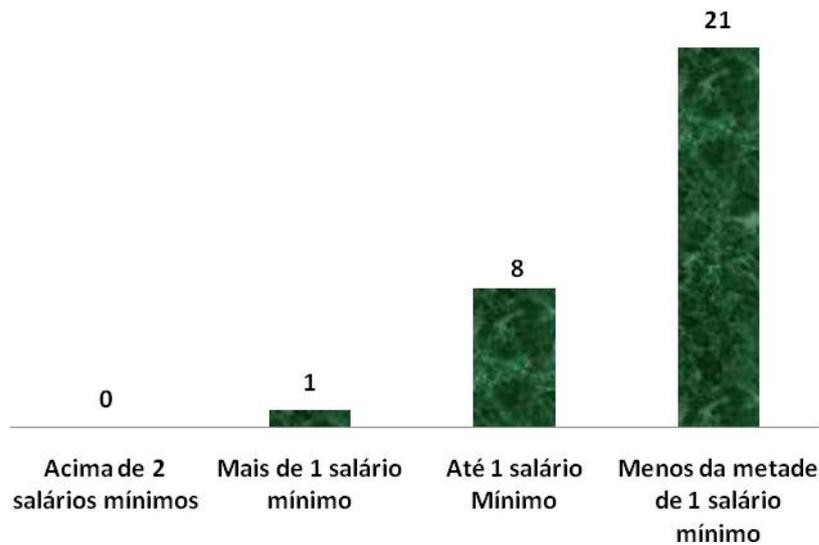


GRÁFICO 5: Renda média familiar dos beneficiados do BF em Quixabeira - Bahia

Analisando esses dois gráficos, percebe-se que a condição de precariedade e o próprio risco de fome devido à questão da renda, são mais evidentes de acordo com o menor nível educacional. Diante do nosso modelo socioeconômico, o baixo poder aquisitivo se torna fator crucial para o estabelecimento da penúria. Abramovay (1991, p. 55) salienta que,

Nas sociedades modernas, entre o alimento e a satisfação da fome interpõe-se cada vez mais, um terceiro termo absolutamente decisivo: o dinheiro. O tamanho da refeição das pessoas não dependerá do vazio de seu estômago, mas do volume de seu bolso.

Nessa perspectiva, o programa alcança grupos de pessoas que apresentam características de inferioridade de renda, estando mais vulneráveis ao próprio fenômeno da fome.

4.5 Análise das respostas dos beneficiados pelo BF e dos representantes políticos municipais sobre a questão da fome.

A depender da visão da fome de uma sociedade, a forma de combatê-la pode ser mais eficaz ou se estabelecer de forma arcaica. Nessa dimensão, foi suscitada a seguinte pergunta: Para você, o que é fome? Dentre às várias respostas abertas que foram explanadas, foi perceptível o quanto o legado do determinismo geográfico se

faz presente entre os que foram questionados. O morador⁹ A, do bairro Umbuzeiro Branco nos respondeu da seguinte maneira:

Fome é não ter o que comer meu filho, eu sei muito bem o que é fome por que eu já passei, só quem passa é que sabe falar disso, é você olhar pros quatro cantos da casa e não ter o que comer e o que dá aos seus filhos, isso é muito duro.

Na fala desse morador, a relação do fenômeno foi dimensionada para a sensação do sujeito quando se encontra nesse estado de penúria. A expressão “isso é muito duro” é o significado de algo abrasador, ignóbil e imoral presente na condição humana. É o efeito da penúria que segundo Castro (1984, p. 304) “a fome leva mais longe seus efeitos destrutivos, corroendo a alma da raça”

Na visão do pai de família B, *“Fome é uma coisa que nem todo mundo sabe falar, não tem jeito não, uns sempre vão ter muito o de comer enquanto outros vai ter a infelicidade de passar fome”*.

As palavras desse morador são contempladas por outros entrevistados, como a fala do habitante C, da Rua da Saudade, que entende: *“Em minha opinião, isso é um azar da pessoa, não é todo mundo que tem sorte, sempre vai existir fome, só Deus mesmo pra ajudar a gente, mandar a chuva em tempo certo e a plantação vigorar, para ser bom para todos nós”*.

Abramovay (1991, p. 113) já salientava o perigo de aceitarmos a existência dessa penúria como se fosse algo normal, atribuído a essa visão mal concebida da realidade “A fome é um fenômeno tão antigo que aprendemos, resignadamente, a conviver com ela, a tratá-la como uma fatalidade mais forte que nós, pior ainda, como um acontecimento natural e inevitável como, por exemplo, a morte”.

Observa-se que nas explanações é plausível a questão da fome como algo habitual, fruto das questões físicas. Sendo questionados sobre o que causa a fome em Quixabeira, o determinismo aparece com mais frequência. Destaca-se as respostas de alguns dos entrevistados, a começar pelo morador D, da Rua Josias dos Santos. *“Aqui em Quixabeira é a seca, quando chove, melhora pra todos nós, já teve ano de seca aqui de muita gente fazer farinha do parmito do licurí pra sobreviver”*.

⁹ Objetivando resguardar a identidade dos entrevistados, os mesmos são identificados neste trabalho por letras do nosso alfabeto.

Essa visão é oposta ao pensamento de Castro (1966, p. 24) ao entender que “a fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas econômicas defeituosas: um produto de criação humana e, portanto capaz de ser eliminado pela vontade criadora do homem”.

O morador E, da Rua Ayrton Senna, compreende da seguinte forma:

Aqui em Quixabeira ta um desrespeito muito grande, o povo é só bebendo, os filhos de hoje em dia não obedece mais os pais, só vai vim tempo ruim, o povo vai pagar pela ingratidão, eu acho que é pro mode isso que o mundo está do jeito que tá.

Já na visão de outro entrevistado da Rua Horácio Luiz de Araújo, acha que: *“aqui não tem indústria para os jovens trabalhar, a roça não dá mais nada, é difícil para o lugar, não se engane não que tem muita gente que passa ruim aqui”*.

Na análise dessas três respostas, começamos pelo o que não está presente na fala deles, como a ausência dos aparatos políticos, e da reivindicação social perante um problema que em suma, já se constitui pela negação de outros direitos conferidos a uma sociedade. Podemos notar a ausência crítica empírica para com o nosso modelo do Estado, a forma condutora da viabilidade político-econômica municipal, estadual e federal no combate ao fenômeno nessa localidade, dentre outros aspectos que não estão presentes nas falas dos entrevistados, mesmo que no respaldo do senso comum.

As respostas, mesmo que em dimensões diferentes, comungam num discurso determinista, corroborando a problemática do fenômeno da fome na esfera climática, na moral, como modelo conservador de “desrespeito” a um padrão social, e de uma visão de desenvolvimento elitista, acompanhada da própria negação do espaço.

Castro (1961, p. 467) salienta que “muitos continuam ainda a pensar, dentro de concepções arcaicas e feudais, que a pobreza e a miséria constituem uma necessidade ou uma fatalidade”. Essa maneira que se dissemina o pensar sobre a fome está dentro de uma concepção da reprodução do discurso do dominador empunhada pelo dominado, perpetuando um distanciamento de uma causalidade efetiva a partir das diferenças de classes.

O morador G, da Rua João dos Santos Cunha, entende que *“a fome é algo que acontece devido a seca trazida pelo tempo difícil de pouca chuva, aqui em Quixabeira mesmo teve uns três anos ruim sem chover quem plantou perdeu”*.

Nessa perspectiva, a calamidade da penúria vai paulatinamente sendo encarada como consequência dos fenômenos naturais.

Quando a pergunta foi redimensionada para os representantes políticos do município, sobre a questão da fome e o que deveria ser feito para combatê-la em Quixabeira, foi perceptível o desenvolvimento da politização entre os entrevistados, principalmente concernente a importância do Estado no combate a essa penúria.

O vereador A, entende que, *“a fome é a falta de nutrientes na alimentação diária dos seres humanos, e que deve ser instituída leis de segurança alimentar em todos os municípios, para que ninguém passe fome”*.

É importante fazer uma analogia da visão desse representante, quanto aos aspectos jurídicos do país, relacionado às condutas político e econômico da nossa nação. Basta lembrar que, na nossa constituição, versa o direito alimentar para todos, mas, quando alguém teve o direito de processar o Estado por passar fome? Isso ocorre porque a própria constituição e a nossa segurança alimentar, dar-se-á numa medida avessa a contemplação da solidariedade do direito entre todos os cidadãos.

O vereador B, percebe que *“a fome é a maior humilhação que uma pessoa pode ter, e que deve ser intensificados pelo poder público municipal programas de capacitação e geração de emprego e renda diante do que o próprio município oferece”*. Essa visão se aproxima do pensamento de Castro (1984, p. 305) entendendo que *“a fome não é somente um fator de destruição da saúde e do vigor físico. Ela é ainda em maior grau, um fator de desagregação moral”*.

4.6 A ação do poder público municipal no combate à fome

No âmbito das atribuições da atuação do poder público na ação contra a pobreza, foram investigadas algumas iniciativas públicas e buscado compreender se a prefeitura tem mecanismos suficientes para combater à fome no município sem o programa Bolsa Família. Todos os entrevistados¹⁰ afirmaram que não há possibilidades, principalmente, devido à pobreza no referido espaço.

O representante C, entende que:

¹⁰ Participaram da entrevista, representantes de variados partidos políticos, da situação e oposição a atual gestão.

De maneira nenhuma, se tem um município que é dependente do programa é Quixabeira, a pobreza aqui é muito da grande, muitos faz a feira com o que recebe do dele, independente de partido político, ou de qualquer outra coisa, esse programa tem que continuar, por que é de que o povo ta se valendo.

O representante D, complementa que, “*não tem como o município combater a fome sem o programa, por mais que a prefeitura promova o desenvolvimento interno, não tem como beneficiar a todos, principalmente os mais pobres, é um caso difícil*”. Nas palavras do representante E, “*O município de Quixabeira ainda tem muita pobreza, seria até irresponsabilidade do governo federal se acabasse com esse programa, porque aqui em Quixabeira mesmo não tem como a prefeitura ajudar a todo mundo*”.

Por parte do poder público municipal, percebe-se que já se desperta algumas iniciativas de mobilização endógena, valorizando as condições de produtividade de alimentos interno da localidade, aproveitando seus estimados teor nutricionais e de bom sabor. Como exemplo, a merenda das escolas municipais, produzida em grande quantidade pelo o que o próprio município oferece como os derivados da mandioca e do licurí, que são algumas das principais lavouras da região.



Figura 4: Foto da merenda das escolas municipais em Quixabeira - BA
Fonte: Secretaria de Agricultura de Quixabeira- BA (2010)

Na foto acima, parte da merenda escolar da semana, onde são encontrados, doces, bolachas, beijus, sorvetes, bolos, cocadas, sucos, etc., todos beneficiados na produção do que a zona rural do município oferece. Assim, vai cumprindo a Lei Federal 11.947 de 2009, a qual demanda que 30% da merenda escolar sejam advindas da agricultura familiar dos municípios.

Essa estratégia de abastecer as escolas com a produção interna, em vez de comprar produtos industrializados de marcas multinacionais, tem gerado renda na localidade. Segundo a Secretaria de Agricultura do município (2010), são mais de quarenta famílias beneficiadas diretamente na produção desses alimentos, e várias outras que participam indiretamente no sistema de rotatividade na venda das raízes, frutos e outras culturas para o beneficiamento.

Nas palavras de Castro, (1961, p. 471) “aquilo que se chama de solo esgotado ou inaproveitável dentro de determinado tipo de economia agrária pode muito bem ser aproveitável dentro de outros moldes econômicos”.

A maneira condutora da política econômica, efetivamente é perspicaz para conduzir um desenvolvimento interno sociável, áspero a romper com o paradigma determinante de que o clima semi-árido, de “solo pobre”, e pouca pluviosidade, constituem a pobreza e a própria fome.

Apesar das ações do poder público municipal em instigar o beneficiamento interno a qual oferece mais inclusão social, a sua viabilidade política ainda é incipiente para abranger um desenvolvimento independente sem a assistência de programas sociais federais para combater a pobreza interna, principalmente a fome, um fenômeno que é o mais emergencial problema a ser suprimido dentre todas as condições das misérias humanas.

4.7 A fiscalização do programa BF em Quixabeira

Entre os representantes do poder público, todos foram unânimes em afirmar que o programa é fiscalizado pelo Conselho de Assistência Social, embora, assegure que há necessidade de acompanhamento mais rígido, principalmente para algumas famílias que já conseguiram o patamar de renda superior a carência do programa e precisa sair do mesmo.

Segundo a Secretaria de Assistência Social do município, já houve a suspensão no benefício de várias pessoas que não precisam mais do programa,

porém, o controle da prefeitura concernente a fiscalização da renda dos contemplados, ainda é incipiente, o que permite algumas falhas no sistema.

Entre os principais pontos citados que necessitam aprimorar para melhorar esse processo foram:

- Mais rigidez na hora do cadastramento;
- Apoio da sociedade civil na fiscalização;
- Trabalho de conscientização entre os beneficiados.

Embora aconteçam as falhas no sistema, a Secretaria de Assistência Social do município, afirma que está proporcionando mais empenho na fiscalização, desde a exatidão no cumprimento dos benefícios e das condicionalidades.

Vale ressaltar, que a maioria dos beneficiados que não participam mais do programa, geralmente são pessoas que conseguiram aposentadoria ou efetividade em órgãos públicos. Assim, se estabelece uma relação de independência alcançada pelo exercício dos direitos proporcionados pelo Estado, uma vez que, para sair de um critério anterior, na maior proporção, há a inclusão do Estado no outro.

4.8 Análise do BF na área de educação do município

Sendo a educação um dos direitos essenciais para o desenvolvimento e também, emancipação cidadã, o programa Bolsa Família no município, contribui para que a frequência escolar seja melhorada. Os dados da Secretaria Municipal de Educação (2010) mostram que entre as famílias que são contempladas pelo BF, tendo filhos matriculados, a frequência¹¹ nas escolas do município no ano de 2007 até 2010 chega a 100% entre estes. Uma das razões se deve ao fato da frequência escolar ser um dos critérios obrigatórios para o recebimento do benefício.

Esses dados vão mais além do que a simples presença do aluno na sala de aula. Como exemplo, um aluno em que sua família é contemplada pelo BF, ao frequentar a escola, diretamente está sendo acolhido em mais dois requisitos, a educação como fator direto e a própria alimentação, uma vez que, naquele espaço,

¹¹ Mesmo se o aluno estiver com 15% de ausência, ele ainda é enquadrado dentro do cálculo de frequência máxima, que é arredondado para 100%.

o mesmo receberá uma alimentação, “merenda escolar”, reforçando ainda mais o combate à fome.

Abaixo, o mapa conceitual mostra algumas mudanças que estão sendo proporcionadas para as famílias a partir da relação do programa com a área de educação:

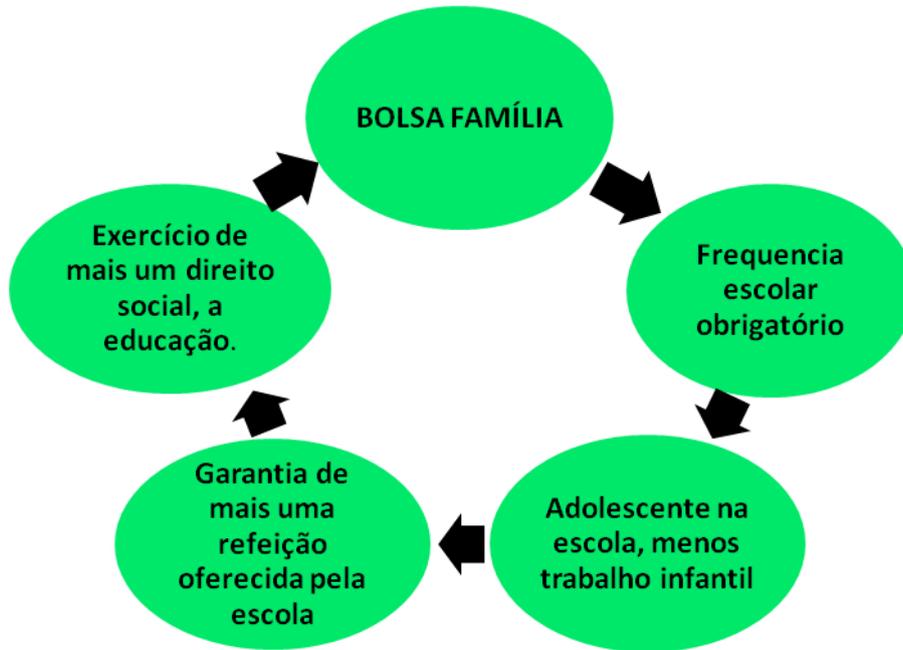


Figura 5: Mapa Conceitual do impacto do BF na área de educação em Quixabeira - BA

Quando o Estado promove a sua presença na articulação de programas sociais como o Bolsa Família, outras garantias que são de direito de cada cidadão, como a educação estão sendo melhoradas para a própria população. Através de uma maior frequência do aluno na escola, também, ajuda na redução do trabalho infantil.

Segundo o funcionário A, do Centro Educacional Edvaldo Lopes,

Aqui em Quixabeira tem reduzido bastante o número de crianças trabalhando. Muitas delas vem para a escola porque são obrigados pelos pais que recebem o Bolsa Família, mesmo assim, a frequência aumenta e tira os meninos da rua e de outros trabalhos desumano.

Na medida em que vai se cumprindo uma das condicionalidades de integrar o adolescente na escola, o programa se torna de fundamental importância na melhoria da qualidade dos índices escolares através da assiduidade escolar, números de

matrícula e no combate a evasão escolar, e, diretamente combatendo à fome, uma vez que o fenômeno consiste da negação de outros fatores.

4.9 Impactos do BF na área de saúde do município

Sendo o acompanhamento no desenvolvimento das crianças, uma das obrigatoriedades dos contemplados pelo BF, buscamos dados na especialidade da área de saúde. Castro (1966, p. 16) enfatiza que “toda uma série de desequilíbrios, deficiências e alterações da saúde, decorre muito mais dos defeitos e desequilíbrios alimentares do que propriamente da ação direta do clima sobre o homem”.

De acordo com o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional SIVAN (2010) há uma diminuição da magreza acentuada¹² e da magreza nos últimos três anos, entre às crianças de 0 a 5 anos de idade das famílias que recebem o BF, como mostra a tabela¹³ abaixo:

Tabela 4: Avaliação Nutricional para as crianças de 0 a 5 anos no município de Quixabeira

ANO	MAGREZA ACENTUADA %	MAGREZA%
2008	0,9%	1,2%
2009	0,5%	0,8%
2010	0,0%	0,7%

Fonte: Adaptado do SIVAN, 2010

Certamente a alimentação é um dos fatores primordiais para que as pessoas gozem de boa saúde. Quando algum indivíduo fica carente de nutrição, eminentemente se torna bem mais vulnerável a doenças. Castro (1961, p. 472) afirma que “está provado que o alimento constitui o mais potente de todos os antibióticos, uma vez que defende o organismo, de maneira inespecífica, de todas as espécies de agressões microbianas”.

4.10 A dependência do programa Bolsa Família

¹² A avaliação nutricional do SIVAN é com base nos parâmetros da Organização Mundial da Saúde OMS (2006)

¹³ Houve recorte da tabela original pelo autor, a fim de demonstrar somente o específico.

Buscou-se compreender nos questionário e nas entrevistas, até que ponto cada um dos beneficiados depende do programa. Somando-se as afirmações dos que alegaram ser dependente do Bolsa Família, percebe-se que há uma elevada carência de renda, que também, é justificada nas falas.

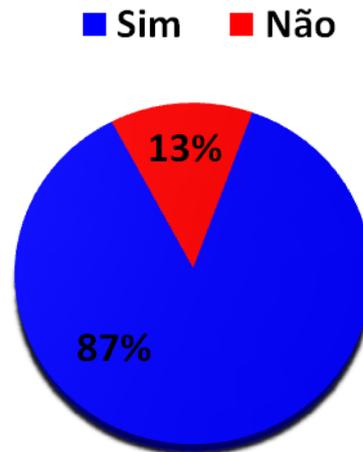


GRÁFICO 6: Porcentagem dos beneficiados que entendem ser dependentes do programa Bolsa Família.

O morador H,¹⁴ residente na Rua Pelé do bairro Umbuzeiro Branco, afirma: *“eu dependo e é muito dessa ajuda não tenho estudo pra trabaiá numa firma o que sei fazer é trabaiá em roça, todo mundo sabe cuma é o dia de quem da o duro na roça não da pra nada, a gente precisa muito dessa ajuda”*.

A moradora I, residente na Rua Matias J. Santos, relata a importância do programa para a sua família:

Eu sou uma pessoa dependente do Bolsa Família, não vou mentir não que alguns parente meu me dá ajuda de vez em quando, dá roupa pros menino, feira de mercado, mermo assim eu vivo do que recebo do programa, já tive em situação pior, com o que a gente recebe pelo menos de fome nois não morre.

Todos os cidadãos dependem de comida, afinal, não há condição de existência humana para quem não se alimentar. Através das análises das falas dos entrevistados, percebe-se que a questão central na dificuldade de obter os alimentos, é o poder aquisitivo. Diante da atual configuração econômica de nossa

¹⁴ Devido à dificuldade de alguns dos beneficiados para escreverem no questionário, a transcrição também foi fidedigna a fala de cada um.

sociedade, Adas (1999, p. 80) salienta que “o padrão alimentar está diretamente relacionado à renda,” o que é perceptível através do baixo poder de compra dos contemplados do Bolsa Família em Quixabeira.

4.11 Critérios de consumo entre os beneficiados

Buscamos compreender de que forma os contemplados pelo BF tem utilizado o seu benefício. Entre as famílias entrevistadas, 97% gastam o dinheiro em lugares onde vendem alimentos, distribuídos por supermercados, feira-livre e mercadinhos, que são lugares propícios a compras de nutrimentos. O gráfico abaixo demonstra a porcentagem dos critérios de consumo por lugares.

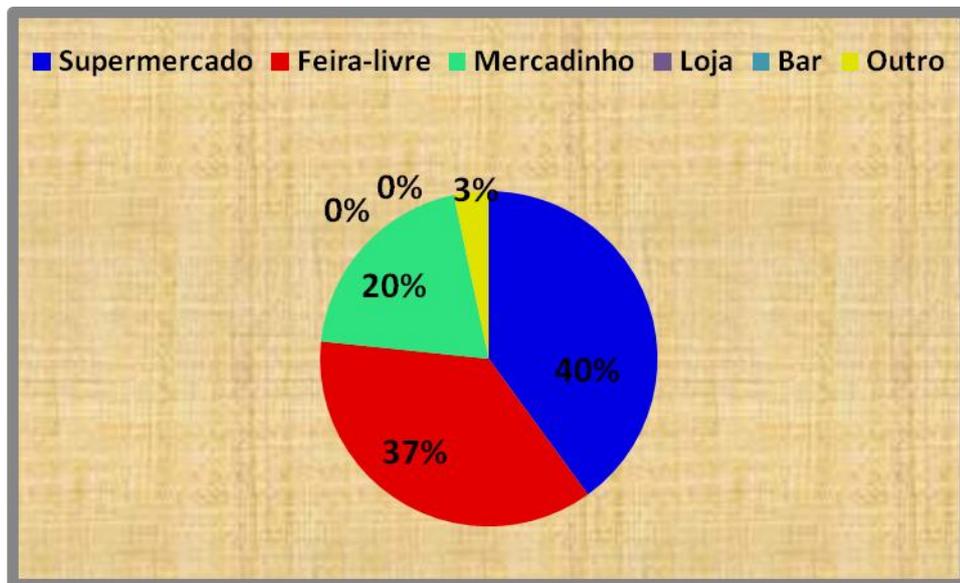


GRÁFICO 7: Lugares onde os beneficiados mais gastam o dinheiro do BF

Se o uso do benefício for atribuído a outra coisa que não seja no âmbito da alimentação, logo, o programa não faz mais sentido para tal contemplado. Mas, nota-se na fala de muitos entrevistados, que o dinheiro tem sido auxílio axiomático na compra de alimentos, como afirma o morador J, da Rua do ‘Curral’: “*O que eu mais compro é feijão, pra mim, pode faltar tudo, menos o feijão, é o que sustenta a gente mesmo*”

A entrevistada L, da mesma rua afirma: “*feijão e farinha, comida de pobre amigo, é feijão com farinha, eu não tenho vaidade, tendo o de comer já tá bom de mais*”. Essas respostas, dentre várias outras que também afirmam o uso da

assistência para a alimentação, ainda é díspare, pois, o indivíduo pode utilizar o benefício para a aquisição de alimentos, embora necessariamente não precise do mesmo.

Para complementar a interpretação do usufruto do BF na alimentação familiar a partir da necessidade de renda, basta comparar as diferentes maneiras de conceber o próprio programa entre três entrevistados e perceberemos em que momento o sentido do programa se faz pertinente devido à insuficiência alimentar.

A moradora M, da Rua Feliciano Coelho afirmou:

Meu fio, eu sou muito pobre como você mesmo tá vendo aqui, não tenho emprego e meu marido foi embora pra trabaia, se não fosse o benefício, a gente passava era fome, ainda mais com criança pequena dentro de casa, hoje em dia tá tudo caro, com setenta, oitenta conto, não dá mais para quase nada, mas mesmo assim, é do que a gente vive.

A beneficiada N, residente da Rua Luiz Gonzaga, enfatiza diante de sua questão aquisitiva: *“Ajudou muito a gente, eu passei a vida toda quebrando licurí¹⁵, não dá pra nada, já teve vez deu e meu marido ficar sem comer pra deixar pros filhos, nois não pode ser escuro não, ajudou a gente de mais”*.

Nota-se que cada um dos entrevistados, relaciona o seu benefício e a questão da fome, a partir do seu grau de renda, ou seja, fazendo jus o sentido da assistência em quem sente a proximidade do fenômeno da fome ao seu redor. Uma situação contrária aos que foram relatados, encontra-se na fala da beneficiada O, residente da Avenida Juvêncio Lopes.

Pra minha família, o programa foi ruim, tem seu lado bom, mas a questão é porque preciso de alguém pra me ajudar em casa e não estou achando, pois o programa tem deixado o povo é preguiçoso, antigamente se pagava cinquenta, sessenta ou até mesmo cem real no mês pra uma mãe de família que precisasse pra trabalhar de empregada nas casas. Depois desse programa, o povo é só colocando moral, só quer vim se for ganhando acima de cento e vinte conto.

Efetivamente os seres humanos que se encontram em condição de miséria ficam subordinados a qualquer serviço, aceitando qualquer forma de trabalho, justamente porque a fome ou a ameaça do fenômeno é a mais exorbitante

¹⁵ Licurí é um fruto de uma palmeira nativa da região Nordeste, sendo uma espécie de um coco bem pequenino, podendo ser aproveitado para a alimentação humana como doces, cocadas e, serve como óleo vegetal. Os típicos chapéus da região Nordeste são confeccionados pela palha desta palmeira, que a depender da região, pode ser chamada de olicuri ou nicuri.

vicissitude na condição humana, exaurindo a qualquer mecanismo de uma sociedade fraterna e corroendo o próprio convívio harmônico na relação trabalhista.

Castro (1961, p. 506) enfatiza que, “a verdade é que muitos povos, submetidos à ação dissolvente da fome, se entregaram humildemente ao domínio de forças destrutivas e anti-sociais”.

A própria forma de conceber o programa está relacionada ao nível econômico das pessoas. Na medida em que vai se obtendo ascensão aquisitiva, é salutar enfatizar que, as classes sociais tendem a pensar de acordo com o estado financeiro em que se encontra em tal momento, fomentando cada vez mais, a discrepância de um sistema que quando emancipa alguém, aliena outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por certo, constatou-se nessa pesquisa, que existe a espacialização da fome no município de Quixabeira - Bahia, muitas vezes se apresentando ocultamente, seja na subnutrição, bem como no próprio estado de fome, engendrado na dificuldade de adquirir a alimentação básica do dia-a-dia.

Entre os fatores preponderantes para esse causa, consiste no baixíssimo poder aquisitivo entre os beneficiados pelo BF. Algumas famílias apresentam veementes carências cognitivas em adquirir alimentos, tanto do que se produz internamente como a farinha, raízes, carne dentre outras produtividades e, também, na obtenção das feiras básicas de supermercado.

Evidenciou-se também, que na égide política interna, o poder público já demonstra iniciativas de viabilizar alguns aspectos da economia local, como a própria merenda escolar produzida endogenamente, o que gera renda para o lugar. Porém, a sua dimensão ainda é incipiente diante da realidade da configuração do município ao ponto de abranger a todos que se encontram em estado de extrema pobreza.

Através das coletas dos dados e suas análises, percebeu-se que o pensamento determinista ainda está muito enraizado na sociedade, sobretudo, atrelando as consequências da pobreza interna aos fenômenos climáticos, principalmente a seca.

Assim, o conformismo e a aceitação da penúria são expostos como algo inevitável que tem que acontecer. A reprodução desse imaginário inibe a conclamação de outros direitos sociais que devem ser propiciados pelo Estado.

Compreende-se que a espacialidade do programa tem tido boas articulações com outros aspectos sociais, como a educação e a saúde. Na primeira, garantido maiores frequências escolares, propiciando concomitantemente o exercício da prática educativa, que contribui para a ascensão social e o próprio combate a fome, pois, foi comprovado que os adolescentes filhos dos contemplados pelo BF e que estão na escola, mesmo que seja para cumprir uma das obrigatiedades ou não, têm mais uma garantia alimentar oferecida pela mesma.

Também, proporcionou maiores acompanhamentos na área de saúde, sendo que, foram reduzidos os números de doenças que são consequências da má

alimentação, garantindo-lhes melhorias no bem-estar, principalmente das crianças de famílias extremamente pobres.

O programa Bolsa Família não apresenta forças suficientes para erradicar por completo a pobreza interna, necessitando de outras iniciativas públicas que visem auxiliar os beneficiados para conseguirem a independência do próprio programa nessa localidade. Portanto, para além das precariedades existentes no município, a pobreza que suscita a fome nesse território, advém em maior escala do modelo macro, ou seja, do político e econômico em que está configurado o nosso país.

Deste modo, é preciso mudanças políticas e econômicas de âmbito nacional para que a disparidade do sistema capitalista não torne indivíduos em condição de extrema pobreza, dependentes de programas de distribuição de renda. No entanto, a pior condição dissociável que flagela os seres humanos é a fome, e esta ainda se encontra espacializada no referido município.

Assim, em tal momento, é de fundamental importância a Espacialidade do programa Bolsa Família no município de Quixabeira – Bahia, ajudando a combater a fome através da distribuição de renda, um dos fatores primordiais para conter esse flagelo, tendo significativa relevância para inibir que outras famílias cheguem ao estado desse fenômeno. Todavia, percebe-se que, sem o benefício que lhes são oferecidos pelo BF, as famílias ficariam mais vulneráveis a essa penúria.

Foi comprovado que com o auxílio recebido do benefício do programa, a maioria dos contemplados fazem uso perspicaz do dinheiro para a aquisição alimentar, uma vez que, apresentam axiomática precariedade econômica, insuficiente para a plena garantia alimentar do lar. Também, os próprios receptores do programa, estão contribuindo para dinamizar a economia local, ao gastarem no respectivo lugar o que recebem do Bolsa Família.

No âmbito das articulações políticas para alcançar a independência do programa, é necessário maiores pesquisas elucidativas sobre o aproveitamento das terras da região na produção de alimentos nutricionais para a sustentação familiar, contribuindo, de tal maneira, para um processo de políticas públicas de desenvolvimento endógeno que colabore no combate a pobreza, promovendo maiores oportunidades da sociedade local na aquisição dos alimentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. São Paulo: brasiliense, 1991.

ADAS, Melhem. **A fome: Crise ou escândalo?** São Paulo: Moderna, 1999.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Questão do Território No Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **A Seca: Realidade e Mito**. Pernambuco: ASA, 1985.

_____. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: brasiliense, 1973.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BBC. **BRITISH BROADCASTING CORPORATION**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/06/100615_agricultura_brasil_mv.shtml> Acesso em: 06 de Junho de 2010

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: A filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASIL. **Programa Bolsa Família manual de gestão de benefícios**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O mito da necessidade**. Discurso e prática do Regionalismo Nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

_____. **Geopolítica da fome**. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 2º volume. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1987.

FAO. **ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO**. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/publications-studies/statistical-yearbook/fao-statistical-yearbook-2009/bagriculturalproduction/en/>> Acesso em: 14 de Junho de 2010

FURTADO, Celso. **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1985.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIL, Gilberto. **Madalena**: Disco Parabolicamará. São Paulo: Warner Music 1992. Disponível em: <http://www.gilbertogil.com.br/sec_musica.php?> Acesso em: 25 de Fevereiro de 2011.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2007/defaultulttab_esp.shtm/> Acesso em: 13 de Julho de 2010.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/default.htm>> Acesso em: 25 de Fevereiro de 2011.

INESC. **INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS**. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/agosto-2007/em-paises-ricos-30dacomidacompradavaiparaolixodizestudo/?searchterm=Produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20alimentos%20Brasil>> Acesso em: 29 de Junho de 2010.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1949.

MARX e ENGELS. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Global editora, 1986

MENEZES, Maria Thereza Candido Gomes de. **Em busca da Teoria: Políticas de Assistência Pública**. Rio de Janeiro: Cortez, 1998.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação Territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no longo século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista**: Discurso do confronto – velho e novo mundo. São Paulo: Unicamp, 2008.

POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

RAMOS, Elvis Christian Madureira e FIGUEIREDO Wellington dos Santos. A importância epistemológica e metodológica da obra Geografia da Fome para as pesquisas em Geografia e a contemporaneidade do pensamento de Josué de Castro. In: **Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, II**. São Paulo: USP, 2009.

REIS, Luiz Carlos Tosta dos. Por uma concepção dialética do espaço: O conceito de formação espacial em Milton Santos. **Revista Geografares**. Centro de ciências humanas e naturais. Universidade Federal do Espírito Santos. Vitória, v.1, N.1, Junho de 2000.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis e redução da força de emprego e de redução da força de trabalho global. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Boocks, 1995.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo. Studio Nobel, 2000.

_____. **Por uma Geografia Nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **Sociedade e espaço**: formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. N. 54 São Paulo: AGB/FFLCH-USP, 1977.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura Silveira. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR-BA, 2002.

APÊNDICE I – MODELO DOS QUESTIONÁRIOS PARA A POPULAÇÃO BENEFICIADA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
COLEGIADO DE GEOGRAFIA – JACOBINA/BA

Este questionário visa à coleta de dados para a pesquisa intitulada: “**Espacialidade do Programa Bolsa Família no combate à fome no município de Quixabeira - Bahia**” do curso de Licenciatura Plena em Geografia do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus-IV Jacobina, cujo autor é o discente: Elton Rodrigues Ferreira, tendo como orientador o professor, Fábio Nunes de Jesus.

NOME _____

SEXO _____ IDADE _____ ESTADO CIVIL _____

ENDEREÇO _____

ESCOLARIDADE:

1 Quanto aos estudos, Você:

- () Concluiu o antigo primário (1º a 4º série fundamental)
- () Concluiu o ensino fundamental
- () Concluiu o Ensino Médio ou (antigo 2º grau)
- () Superior completo
- () Superior incompleto
- () Não estudou

2 Quantos filhos você tem?

- () 1 filho () 2 filhos () 3 filhos
- () 4 filhos () Não tem filhos () Mais de 6 filhos

3 Você tem emprego?

- () Sim
- () Não

Outro _____

4 Quem na sua família trabalha para contribuir com a alimentação?

- () Somente o esposo
 () Somente a esposa
 () Somente o filho(a)
 () Todos
 () outro

5 Renda média familiar:

- () Até 1 salário mínimo
 () Mais de 1 salário mínimo
 () Acima de 2 salário mínimo
 () Menos da metade de 1 salário

6 O que você considera primordial ou indispensável no seu cotidiano?

- (1) Saúde (2) Educação (3) Moradia
 (4) Alimentação (5) Emprego (6) Segurança

7 Quais fatores são importantes para garantir os objetivos acima?

- (1) Estado (2) Emprego (3) Políticas
 (4) Renda (5) Religião (6) Amizade

8 As suas condições sócio-econômicas já permitiram alguma vez que você ficasse dias sem efetuar as refeições diárias?

- () Sim
 () Não

9 Na sua opinião, onde o Estado está presente em sua vida:

- () Alimentação () Salário () Nenhum
 () Emprego () Bens () Todos
 () Impostos () Políticos

10 Em qual das necessidades abaixo, você entende que o município oferece auxílio?

- () Saúde () Alimentação
 () Atendimento escolar () Auxílio agricultura
 () Renda () Atendimento psicológico
 () Saneamento básico () Moradia

11 Para você, o que é fome?

12- Em sua opinião, o que causa a fome aqui em Quixabeira?

13 Com relação entre a política e à fome, você entende que ela:

- () Ajuda no combate à fome
() Os políticos resolvem
() A fome não está relacionada à política
() Outro _____

14 Você já precisou do sistema de saúde de sua cidade alguma vez devido à insuficiência alimentar ou má nutrição em seu lar?

- () Sim
() Não

15 Faltando alimentos em seu lar, o que você faria ou faz para superar esta dificuldade?

16 Algum membro de sua família já teve que se retirar de sua localidade alguma vez por causa da circunstância alimentar de seu lar?

- () Sim
() Não

17 Há quanto tempo sua família recebe o benefício do programa Bolsa Família?

- () Mais de 3 anos
() de 2 a 3 anos
() de 1 a 2 anos
() alguns meses a 1 anos

18 Ouve alguma dificuldade em sua família onde o programa Bolsa Família contribuiu para resolver?

18.1 De que forma o programa ajudou a resolver essa dificuldade?

19 O benefício do programa Bolsa Família dá para garantir as refeições básicas de seu lar?

- () Sim
() Não

20 Aonde você mais gasta seu benefício?

- () Supermercado
() Feira-livre
() Mercadinho
() Lojas
() Bares
() Outro

20.1 O que você mais compra com o benefício do programa?

21 Você se considera uma pessoa que depende do programa Bolsa Família?

() Sim

() Não

21.1 Por quê?

22 O que o benefício proporcionou de mudança em sua família?

APENDICE II – MODELO DOS QUESTIONÁRIOS PARA AS AUTORIDADES COMPETENTES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
COLEGIADO DE GEOGRAFIA – JACOBINA/BA

Este questionário visa à coleta de dados para a pesquisa intitulada: “**Espacialidade do Programa Bolsa Família no combate à fome no município de Quixabeira - Bahia**” do curso de Licenciatura Plena em Geografia do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus-IV Jacobina, cujo autor é o discente: Elton Rodrigues Ferreira, tendo como orientador o professor, Fábio Nunes de Jesus.

NOME _____

SEXO _____ IDADE _____ ESTADO CIVIL _____

ENDEREÇO _____

1 Qual das necessidades abaixo, você entende que o município oferece auxílio?

- | | | |
|--|--|---------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Saúde | <input type="checkbox"/> Alimentação | <input type="checkbox"/> Nenhum |
| <input type="checkbox"/> Atendimento escolar | <input type="checkbox"/> Auxílio agricultura | <input type="checkbox"/> Todos |
| <input type="checkbox"/> Renda | <input type="checkbox"/> Atendimento psicológico | |
| <input type="checkbox"/> Saneamento básico | <input type="checkbox"/> Moradia | |

2 Na sua opinião, o que é fome?

3 O que deve ser feito para combater à fome?

4 Aqui em Quixabeira o programa Bolsa Família é fiscalizado pela prefeitura municipal?

() Sim

() Não

4.1 De que Forma?

5 Sendo o programa uma iniciativa Federal, qual tem sido o papel do poder público municipal no acompanhamento dos objetivos do programa?

6 A prefeitura tem em vista alguma ação destinada a emancipação alimentar para que os beneficiados não fiquem dependentes do programa? Como?

7 A prefeitura tem buscado parcerias para soluções sócio-econômicas aonde?

() Recortes Federativos

() Instituições privadas

() Sociedade civil

() Outro _____

7.1 De que forma?

8 Qual o significado das políticas de combate à fome no desenvolvimento do município?

9 A prefeitura tem mecanismo suficiente para combater à fome no município sem o programa Bolsa Família?

9.1 Porque?

10 Como você enxerga a fome no município de Quixabeira Bahia?

11 O que representa o programa Bolsa Família aqui em Quixabeira?

ANEXO I – LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. CRIA O PROGRAMA BF



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.

Regulamento

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Conversão da MPv nº 132, de 2003

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela [Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001](#), do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela [Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#), do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela [Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001](#), do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo [Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002](#), e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo [Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001](#).

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

~~II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos.~~

~~II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição crianças entre zero e doze anos ou adolescentes até quinze anos, sendo pago até o limite de três benefícios por família; ([Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007](#))~~

~~III - o benefício variável, vinculado ao adolescente destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre dezesseis e dezessete anos, sendo pago até o limite de dois benefícios por família. ([Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007](#))~~

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 3 (três) benefícios por família; ([Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008](#))

III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família. [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

II - nutriz, a mãe que esteja amamentando seu filho com até 6 (seis) meses de idade para o qual o leite materno seja o principal alimento; [\(Revogado pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#).

III - renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento.

~~§ 2º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso I do caput será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e será concedido a famílias com renda per capita de até R\$ 50,00 (cinquenta reais).~~

~~§ 3º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso II do caput será de R\$ 15,00 (quinze reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por família beneficiada e será concedido a famílias com renda per capita de até R\$ 100,00 (cem reais).~~

~~§ 4º A família beneficiária da transferência a que se refere o inciso I do caput poderá receber, cumulativamente, o benefício a que se refere o inciso II do caput, observado o limite estabelecido no § 3º.~~

~~§ 5º A família cuja renda per capita mensal seja superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), até o limite de R\$ 100,00 (cem reais), receberá exclusivamente o benefício a que se refere o inciso II do caput, de acordo com sua composição, até o limite estabelecido no § 3º.~~

~~§ 2º O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais). [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~II - o benefício variável vinculado ao adolescente no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II e III. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~§ 5º A família cuja renda familiar mensal per capita esteja compreendida entre os valores estabelecidos no § 2º e no § 3º receberá exclusivamente os benefícios a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo, respeitados os limites fixados nesses incisos. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

§ 2º O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais). [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição: [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

II - o benefício variável, vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II e III. [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 5º A família cuja renda familiar mensal per capita esteja compreendida entre os valores estabelecidos no § 2º e no § 3º deste artigo receberá exclusivamente os benefícios a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo, respeitados os limites fixados nesses incisos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 6º Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, atendido o disposto no parágrafo único do art. 6º .

§ 7º Os atuais beneficiários dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º , à medida que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas.

§ 8º Considera-se benefício variável de caráter extraordinário a parcela do valor dos benefícios em manutenção das famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás que, na data de ingresso dessas famílias no Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado neste artigo.

§ 9º O benefício a que se refere o § 8º será mantido até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

§ 10. O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família poderá excepcionalizar o cumprimento dos critérios de que trata o § 2º , nos casos de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, para fins de concessão do benefício básico em caráter temporário, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

~~§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I e II do caput serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal.~~

~~§ 12. Os benefícios poderão, também, ser pagos por meio de contas especiais de depósito à vista, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil.~~

~~§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I, II e III do caput deste artigo serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~§ 12. Os benefícios poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~I - contas correntes de depósito à vista; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~II - contas especiais de depósito à vista; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~III - contas contábeis; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~IV - outras espécies de contas que venham a ser criadas. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I, II e III do caput deste artigo serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal. [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 12. Os benefícios poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil: [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

I – contas-correntes de depósito à vista; [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

II - contas especiais de depósito à vista; [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

III - contas contábeis; e [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

IV - outras espécies de contas que venham a ser criadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 13. No caso de créditos de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão automaticamente ao Programa Bolsa Família.

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

~~Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do art. 2º considerará setenta e cinco por cento de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do caput do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em conformidade com o previsto no [inciso VI do caput do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. \[\\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\\)\]\(#\)](#)

Art. 4º Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família contará com uma Secretaria-Executiva, com a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa, compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, a definição das formas de participação e controle social e a interlocução com as respectivas instâncias, bem como a articulação entre o Programa e as políticas públicas sociais de iniciativa dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

Art. 6º As despesas do Programa Bolsa Família correrão à conta das dotações alocadas nos programas federais de transferência de renda e no Cadastramento Único a que se refere o parágrafo único do art. 1º, bem como de outras dotações do Orçamento da Seguridade Social da União que vierem a ser consignadas ao Programa.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.

Art. 7º Compete à Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família promover os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos originalmente destinados aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único mencionados no parágrafo único do art. 1º .

§ 1º Excepcionalmente, no exercício de 2003, os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira, em caráter obrigatório, para pagamento dos benefícios e dos serviços prestados pelo agente operador e, em caráter facultativo, para o gerenciamento do Programa Bolsa Família, serão realizados pelos Ministérios da Educação, da Saúde, de Minas e Energia e pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, observada orientação emanada da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família quanto aos beneficiários e respectivos benefícios.

§ 2º No exercício de 2003, as despesas relacionadas à execução dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás continuarão a ser executadas orçamentária e financeiramente pelos respectivos Ministérios e órgãos responsáveis.

§ 3º No exercício de 2004, as dotações relativas aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único, referidos no parágrafo único do art. 1º , serão descentralizadas para o órgão responsável pela execução do Programa Bolsa Família.

Art. 8º A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

~~§ 1º A execução e a gestão descentralizadas referidas no caput serão implementadas mediante adesão voluntária dos Estados, Distrito Federal e Municípios ao Programa Bolsa Família. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 2º Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD, para utilização em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados pelo Poder Executivo, e destinado a: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~I – medir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~II – incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~III – calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federados a título de apoio financeiro. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 3º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federados que aderirem ao Programa Bolsa Família recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa, desde que alcancem índices mínimos no IGD. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 4º Para a execução do previsto neste artigo, o Poder Executivo Federal regulamentará: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~I – os procedimentos e as condições necessárias para adesão ao Programa Bolsa Família, incluindo as obrigações dos entes respectivos; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~II – os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~III – os procedimentos e instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família pelos entes federados. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 5º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Programa Bolsa Família, aferidos na forma do § 2º, inciso I, serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas às respectivas instâncias de controle social, previstas no art. 9º, e em caso de não aprovação, os recursos financeiros transferidos na forma do § 3º deverão ser restituídos pelo ente federado ao~~

~~respectivo Fundo de Assistência Social, na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 7º O montante total dos recursos de que trata o § 3º não poderá exceder a três por cento da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federado. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

§ 1º A execução e a gestão descentralizadas referidas no caput serão implementadas mediante adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Bolsa Família. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 2º Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD, para utilização em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados pelo Poder Executivo, e destinado a: [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

I - medir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle; [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa; e [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

III - calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federados a título de apoio financeiro. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 3º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federados que aderirem ao Programa Bolsa Família recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa, desde que alcancem índices mínimos no IGD. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 4º Para a execução do previsto neste artigo, o Poder Executivo Federal regulamentará: [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

I - os procedimentos e as condições necessárias para adesão ao Programa Bolsa Família, incluindo as obrigações dos entes respectivos; [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

II - os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

III - os procedimentos e instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família pelos entes federados. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 5º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Programa Bolsa Família, aferidos na forma do inciso I do § 2º serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas às respectivas instâncias de controle social, previstas no art. 9º, e, em caso de não aprovação, os recursos financeiros transferidos na forma do § 3º deverão ser restituídos pelo ente federado ao respectivo Fundo de Assistência Social, na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 7º O montante total dos recursos de que trata o § 3º não poderá exceder a 3% (três por cento) da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federado. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

Art. 9º O controle e a participação social do Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, por um conselho ou por um comitê instalado pelo Poder Público municipal, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A função dos membros do comitê ou do conselho a que se refere o caput é considerada serviço público relevante e não será de nenhuma forma remunerada.

Art. 10. O [art. 5º da Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#), passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º As despesas com o Programa Nacional de Acesso à Alimentação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, inclusive oriundas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pelo [art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#)." (NR)

Art. 11. Ficam vedadas as concessões de novos benefícios no âmbito de cada um dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º .

Art. 12. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais.

Art. 13. Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa a que se refere o caput do art. 1º .

Parágrafo único. A relação a que se refere o caput terá divulgação em meios eletrônicos de acesso público e em outros meios previstos em regulamento.

Art. 14. A autoridade responsável pela organização e manutenção do cadastro referido no art. 1º que inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, ou contribuir para a entrega do benefício a pessoa diversa do beneficiário final, será responsabilizada civil, penal e administrativamente.

§ 1º Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que dolosamente utilizar o benefício será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida, em prazo a ser estabelecido pelo Poder Executivo, acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, e de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da data do recebimento.

§ 2º Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou contratada que concorra para a conduta ilícita prevista neste artigo aplica-se, nas condições a serem estabelecidas em regulamento e sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, atualizada, anualmente, até seu pagamento, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 15. Fica criado no Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família um cargo, código DAS 101.6, de Secretário-Executivo do Programa Bolsa Família.

Art. 16. Na gestão do Programa Bolsa Família, aplicarse-á, no que couber, a legislação mencionada no parágrafo único do art. 1º , observadas as diretrizes do Programa.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Dirceu de Oliveira e Silva